



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

## PROPOSTA N.º 667/2017

**Assunto:** Aprovar a segunda adenda ao Contrato-Programa 2015-2017, celebrado com a GEBALIS, EM, SA.

**Pelouros:** Vereadora Paula Marques e Vereador João Paulo Saraiva

**Serviços:** DMF e DMHDL

Considerando que:

1. A Câmara Municipal de Lisboa na reunião extraordinária n.º 73 de 24 junho de 2015 aprovou a proposta n.º 398/2015, onde consta a minuta do "Contrato-programa 2015-2017", celebrado com a GEBALIS, EM, SA, no valor total de 25.000.000€, composto por 23 ações, sendo 21 ações associadas a reabilitação de edifícios municipais de habitação;
2. Conforme ponto 4 da proposta foi deliberado aprovar e submeter à Assembleia Municipal a assunção do compromisso plurianual constante do contrato-programa, com a seguinte repartição de encargos:
  - Em 2015, um montante de 3.990.000,00€;
  - Em 2016, um valor de 10.460.000,00€;
  - Em 2017, um valor de 10.550.000,00€.
3. A Assembleia Municipal de Lisboa, na 76ª Reunião, realizada em 7 de julho de 2015, apreciou e aprovou a proposta 398/CM/2015, nomeadamente, a minuta do contrato-programa e a repartição de encargos apresentada;
4. O contrato-programa foi assinado em 14 de Julho de 2015 e obteve visto prévio do Tribunal de contas em sessão diária de visto de 10 de Setembro de 2015;
5. Em 13 de Outubro de 2016 a Câmara Municipal de Lisboa aprovou a primeira adenda ao Contrato-Programa 2015-2017 celebrado com a Gebalis, E.M.,S.A pelos motivos elencados na proposta 541/CM/2016, admitindo um prazo adicional até 28 de Fevereiro de 2019 para conclusão da



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

faturação e respetivos pagamentos pela Gebalis e das correspondentes transferências pelo Município.

6. Em 6 de dezembro de 2016 a Assembleia Municipal de Lisboa apreciou e aprovou a proposta 541/CM/2016;
7. Durante o decurso do ano de 2017, por força da fiscalização prévia aos contratos por parte do Tribunal de Contas e de problemas atinentes às empresas concorrentes e/ou adjudicatárias [insolvências e impugnações judiciais], alguns procedimentos sofreram atrasos com implicação direta no prazo estimado de realização das intervenções ao abrigo do presente Contrato-Programa e sua real execução financeira;
8. O supra exposto teve um impacto importante na repartição de encargos aprovada pela Assembleia Municipal, obrigando a reajustes em algumas empreitadas e respetivas ações;
9. Existe a necessidade de corrigir a designação da ação 2 - Bairro dos Alfinetes no Anexo A, visto os lotes a intervir serem a 4.ª fase do Bairro dos Alfinetes, lotes C1 a C7 e não os lotes D1 a D5, localizados no Bairro Marquês de Abrantes;
10. Se afigura indispensável ajustar o prazo estimado indicado de realização das intervenções ao abrigo do presente Contrato-Programa à sua real execução financeira;
11. Não há alteração do montante total aprovado e contratado;

Face ao exposto, se verifica a necessidade de proceder a uma alteração dos montantes da repartição de encargos anteriormente aprovada para os anos financeiros de 2016-2020, de acordo com os seguintes montantes:

- Em 2016, um valor de 2 230 325,19 €;
- Em 2017, um valor de 6 400 000,00 €
- Em 2018, um valor de 11 982 708,54 €
- Em 2019, um valor de 4 236 966,27 €
- Em 2020, um valor de 150 000,00 €

considerando-se conveniente proceder à segunda adenda ao Contrato-Programa 2015-2018, aprovado pela deliberação 398/CM/2015.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

**Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere:**

Nos termos das disposições conjugadas do nº 3 do artigo 32º, da alínea a) do nº 1 do artigo 42º, do nº 1 e 5 do artigo 47º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, nº 1 do artigo 62º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de Outubro, aplicável por força do artigo 4º do mesmo diploma, das alíneas oo) e ccc) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, bem como dos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais e da alínea c) do artigo 2º e alíneas a) e b) do artigo 24 dos Estatutos da Gebalis em vigor,

1. Aprovar a segunda adenda ao identificado contrato, que altera as cláusulas primeira, quinta, sexta, oitava e décima terceira, bem como o anexo A do Contrato-Programa 2015-2018, que consta do anexo I e que faz parte integrante da presente proposta, alterando-se, concomitantemente, a designação para Contrato-Programa 2015-2020.
2. Aprovar a alteração da designação da ação 2 para "Alfinetes (Lotes C1 a C7)".
3. Aprovar e submeter à Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c), do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, a nova repartição e encargos com o acréscimo de mais dois anos para execução do contrato-programa em causa.

Lisboa, em 6. de dezembro. de 2017

A Vereadora

Paula Marques

O Vereador

João Paulo Saraiva



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ANEXO I

SEGUNDA ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA 2015-2018, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A GEBALIS- GESTÃO DO ARRENDAMENTO SOCIAL EM BAIROS MUNICIPAIS DE LISBOA E.M., S.A.

Entre:

Município de Lisboa, pessoa coletiva nº 500 051 070, com sede nos Paços do Concelho, praça do Município, 1100-365 Lisboa, através do seu órgão executivo Câmara Municipal de Lisboa, neste ato representado pelo Exmo. Senhor Vereador João Paulo Saraiva e pela Exma. Senhora Vereadora Paula Cristina Marques e com poderes para o efeito, nos termos do Despacho n.º 42/P/2015 de 21/05/2015, publicado no 4º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1110, de 28 de Maio de 2015, na qualidade de PRIMEIRA OUTORGANTE, adiante designada por **Município**

E

Gebalis – Gestão do Arrendamento Social em Bairros Municipais de Lisboa, EM, SA, pessoa coletiva nº 503 541 567, com sede na Rua Costa Malheiro, Lote B12, 1800-412 Lisboa, neste ato representada pelo seu Presidente do Conselho de Administração, Pedro Pinto de Jesus, na qualidade de SEGUNDA OUTORGANTE, adiante designada por **Gebalis**,

é acordado celebrar a presente adenda/alteração ao Contrato-Programa 2015-2018, que se rege pelas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

As cláusulas primeira, quinta, sexta, oitava e décima terceira do Contrato-Programa 2015-2018 passam a ter a seguinte redação:

**CLÁUSULA 1ª**

[...]

1. O presente contrato-programa tem por objeto a realização pela Gebalis, no período de 2015 a 2020, de um conjunto de intervenções de requalificação em edifícios de habitação municipal e frações devolutas e destinadas a novas atribuições, bem como de obras de condomínio em



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

prédios no regime de propriedade horizontal na quota-parte de responsabilidade (permilagem) do Município de Lisboa, identificadas no Anexo A ao presente contrato-programa e que dele faz parte integrante e que totalizam um custo global, no período, de 25.000.000,00€ (vinte e cinco milhões de euros).

2. [...].
3. [...].

**CLÁUSULA 5ª**

[...]

1. [...]
  - 1.1 Em 2015, um montante 2.500.000,00€ (dois milhões e quinhentos mil euros);
  - 1.2 Em 2016, um montante previsto de 2.230.325,19 € (dois milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e vinte e cinco euros e dezanove cêntimos);
  - 1.3 Em 2017, um montante previsto de 6.400.000,00 € (seis milhões e quatrocentos mil euros).
  - 1.4 Em 2018, um montante previsto de 11.982.708,54 € (onze milhões, novecentos e oitenta e dois mil, setecentos e oito euros e cinquenta e quatro cêntimos).
  - 1.5 Em 2019. Um montante previsto de 1.886.966,27 € (um milhão, oitocentos e oitenta e seis mil, novecentos e sessenta e seis euros e vinte e sete cêntimos).
2. [...].
3. [...].
4. [...].
5. O montante da repartição de encargos será ajustado à efetiva execução do contrato, sem mais formalidades, até ao limite do prazo de execução previsto na cláusula 6ª.
6. [...].
7. [...].

**CLÁUSULA 6ª**

[...]



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

1. A execução das intervenções programadas no presente contrato-programa estará concluída até 30/09/2020, admitindo um prazo adicional até 31/12/2020 para conclusão da faturação e respetivos pagamentos pela Gebalis e das correspondentes transferências pelo Município.
2. [...].

**CLÁUSULA 8ª**

[...]

1. [...].

1.8 Apresentar no máximo até 31/12/2020, o pedido de pagamento do saldo final, com toda a documentação relevante, bem como os extratos contabilísticos que evidenciem o registo do custo total de cada ação objeto do presente contrato;

1.9 [...].

1.10 [...].

**CLÁUSULA 13ª**

[...]

- 1 [...]

1.1 Anexo A – Intervenções de Reabilitação, Conservação E Beneficiação (2015-2020) – programação financeira e atividades;

1.2 [...]

1.3 [...]

1.4 [...].

A presente Adenda ao Contrato-Programa é feita em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das Outorgantes, possui todas as folhas rubricadas e vai ser assinado em:

Lisboa, \_\_\_\_\_

Pe'l'O MUNICIPIO DE LISBOA

\_\_\_\_\_  
Pela GEBALIS, E.M., S.A.,



## CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DACM  
Prop. n.º 667/2012  
Fls. \_\_\_\_\_

## ANEXO A

Ação	Descrição	2015	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
1	2 de Maio		60 868,34 €	12 258,80 €	1 026 315,32 €	488 784,15 €		1 588 226,61 €
2	Alfinetes (Lotes C1 a C7)		25 939,68 €	7 545,75 €	466 514,57 €			500 000,00 €
3	Alfredo Bensaude		63 673,94 €	450 291,00 €	435 799,12 €			949 764,06 €
4	Alta de Lisboa		162 208,63 €	1 357 616,33 €	766 098,06 €			2 285 923,02 €
5	Ameixoeira (Zonas 1B/4)		159 676,17 €	2 032,30 €	627 585,40 €			789 293,87 €
6	Armador (Lotes 772 a 781)		116 827,25 €	449 811,84 €	206 445,98 €			773 085,07 €
7	Bom Pastor		35 193,39 €	24 550,39 €	140 513,77 €	289 078,35 €		489 335,90 €
8	Condado		125 736,85 €	795 889,48 €	1 769 588,55 €			2 691 214,88 €
9	Eduardo Bairrada		28 428,98 €	28 844,09 €	990 034,88 €			1 047 307,95 €
10	Freitas Gazul		811,33 €	168 152,74 €	0,00 €			168 964,07 €
11	Graça/Sapadores		201 936,16 €	201 864,74 €	0,00 €			403 800,90 €
12	Horta Nova (2ª Fase Reabilitação)		6 051,32 €	13 370,49 €	1 941 955,22 €	638 622,97 €		2 600 000,00 €
13	Flamenga (Malha H - 2ª Fase Reabilitação)		4 116,57 €	16 373,10 €	358 359,96 €	1 101 150,37 €		1 480 000,00 €
14	Liberdade		33 445,22 €	6 511,40 €	540 043,38 €			580 000,00 €
15	Murtas		44 159,53 €	468 575,98 €	218 054,37 €			730 789,88 €
16	Quinta do Cabrinha		1 813,27 €	58 100,89 €	50 000,00 €	540 085,84 €	150 000,00 €	800 000,00 €
17	Quinta dos Barros		39 299,68 €	397 384,57 €	286 240,41 €			722 924,66 €
18	Quinta Marques Abrantes (lotes 28 a 34)		39 143,88 €	16 831,45 €	394 024,67 €			450 000,00 €
19	Quinta dos Ourives (Lotes F/G/H)		24 702,73 €	386 743,06 €	666 131,31 €			1 077 577,10 €
20	Padre Cruz		68 224,39 €	394 650,70 €	550 000,00 €	445 868,59 €		1 458 743,68 €
21	Rego (B. Av. Forças Armadas)		36 308,66 €	33 863,78 €	174 794,86 €	405 032,70 €		650 000,00 €
22	Reabilitação de Fracções - Prog. Realojamento		739 437,39 €	1 078 737,12 €	272 052,22 €	328 343,30 €		2 418 570,03 €
23	Reabilitação de Predios em Regime Condominio		212 321,83 €	30 000,00 €	102 156,49 €			344 478,32 €
<b>Previsão de execução GEBALIS</b>			<b>2 230 325,19 €</b>	<b>6 400 000,00 €</b>	<b>11 982 708,54 €</b>	<b>4 236 966,27 €</b>	<b>150 000,00 €</b>	<b>25 000 000,00 €</b>
<b>Previsão transferências CML</b>		<b>2 500 000,00 €</b>	<b>2 230 325,19 €</b>	<b>6 400 000,00 €</b>	<b>11 982 708,54 €</b>	<b>1 886 966,27 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>25 000 000,00 €</b>



## ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no artigo 19.º, n.º 2, do Regimento da Câmara Municipal de Lisboa, foram deliberados na Reunião de Câmara de 14 de dezembro de 2017, as moções, os votos de pesar, o voto de saudação e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento e os originais das referidas propostas a ata em minuta:

### **Moção n.º 40/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador Ricardo Robles)**

Aprovar a Moção "Sobre a Gestão do Metropolitano de Lisboa e o seu funcionamento aos fins de semana e feriados", nos termos da moção;

**Aprovada por pontos:**

**Pontos 1, 2 e 4 – Aprovados por unanimidade**

#### **Ponto 3**

	A favor	Contra	Abstenções
Aprovado por maioria com a seguinte votação:	15 (6PS, 2Ind., 4CDS/PP, 2PCP e 1BE)	---	2 (PPD/PSD)

### **Moção n.º 41/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador Ricardo Robles)**

Aprovar a Moção "Pela Requalificação da Escola Secundária Camões", nos termos da moção;

**(Aprovada por unanimidade)**



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

**Proposta n.º 666/2017**

**(Subscrita pelos Srs. Vereadores João Paulo Saraiva e Paula Marques)**

Aprovar as orientações estratégicas, bem como apreciar o Plano de Atividades e Orçamento para 2018 da GEBALIS – Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, E.M., S.A., e mandar o representante do Município de Lisboa na Assembleia Geral, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	9 (6PS, 2Ind. e 1BE)	8 (4CDS/PP, 2PPD/PSD e 2PCP)	---

**Proposta n.º 667/2017**

**(Subscrita pelos Srs. Vereadores João Paulo Saraiva e Paula Marques)**

Aprovar a segunda adenda ao Contrato-Programa 2015-2017, celebrado com a GEBALIS – Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, E.M., S.A., e submeter à Assembleia Municipal a nova repartição de encargos, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	11 (6PS, 2Ind., 2PCP e 1BE)	4 (CDS/PP)	2 (PPD/PSD)

**Proposta n.º 668/2017**

**(Subscrita pelos Srs. Vereadores João Paulo Saraiva e Catarina Vaz Pinto)**

Aprovar as orientações estratégicas, bem como apreciar o Plano de Atividades e Orçamento para 2018 da EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M., e mandar o representante do Município de Lisboa na Assembleia Geral, bem como submeter à Assembleia Municipal a minuta do respetivo Contrato-Programa 2018, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	9 (6PS, 2Ind. e 1BE)	2 (PPD/PSD)	6 (4CDS/PP e 2PCP)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

**Proposta n.º 680/2017**

**(Subscrita pelos Srs. Vereadores João Paulo Saraiva e José Sá Fernandes)**

Aprovar a retificação à Proposta n.º 146/2013 – doação de ponte pedonal e ciclável na 2ª Circular e comparticipação pelo Município de Lisboa, nos termos da proposta;

	A favor	Contra	Abstenções
Aprovada por maioria com a seguinte votação:	8 (6PS e 2Ind.)	8 (4CDS/PP, 2PPD/PSD e 2PCP)	1 (BE)

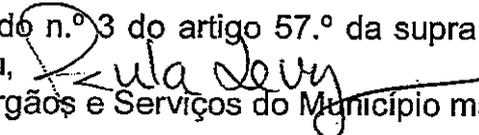
**O Senhor Presidente exerceu voto de qualidade**

**Proposta n.º 748/2017**

**(Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)**

Aprovar a retificação da Proposta n.º 661/2017 (CML) - Autorizar a contratação de pessoas singulares, em regime de prestação de serviços, necessárias ao adequado funcionamento da Assembleia Municipal, nos termos da proposta;

**(Aprovada por unanimidade)**

Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, eu,  Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 14 de dezembro de 2017

O Presidente



Fernando Medina

PROPOSTA 667/2017 - APROVAR A SEGUNDA ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA 2015-2017, CELEBRADO COM A GEBALIS – GESTÃO DO ARRENDAMENTO DA HABITAÇÃO MUNICIPAL DE LISBOA, E.M., S.A., E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A NOVA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA 668/2017 - APROVAR AS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS, BEM COMO APRECIAR O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2018 DA EGEAC – EMPRESA DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E ANIMAÇÃO CULTURAL, E.M., E MANDATAR O REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE LISBOA NA ASSEMBLEIA GERAL, BEM COMO SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A MINUTA DO RESPECTIVO CONTRATO-PROGRAMA 2018, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA 669/2017 - APROVAR AS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS, BEM COMO APRECIAR O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2018 DA LISBOA OCIDENTAL, SRU – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, E.M., S.A., E MANDATAR O REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE LISBOA NA ASSEMBLEIA GERAL, BEM COMO SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A MINUTA DO RESPECTIVO CONTRATO-PROGRAMA 2018, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA 670/2017 - APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL O 2.º ADITAMENTO AO CONTRATO-PROGRAMA MUNICÍPIO DE LISBOA, CELEBRADO COM A LISBOA OCIDENTAL, SRU – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, E.M., S.A., NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA 671/2017 - APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUADRIÉNIO 2018-2021, BEM COMO O ORÇAMENTO PARA 2018, O MAPA DE PESSOAL E A TABELA DE TAXAS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA 672/2017 - APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL DE IMÓVEIS (IMI), PARA 2018, BEM COMO DAS MAJORAÇÕES E REDUÇÕES, ESTABELECCENDO OS MECANISMOS NECESSÁRIOS PARA O RESPECTIVO CUMPRIMENTO, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA 637/2017 - APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL O PERCENTUAL RELATIVO AO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) PARA VIGORAR NO ANO DE 2018, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA 674/2017 - APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL O LANÇAMENTO EM 2018 DO PERCENTUAL DA DERRAMA PARA OS SUJEITOS PASSIVOS, CUJO VOLUME DE NEGÓCIOS NO ANO ANTERIOR ULTRAPASSE OS 150 000 EUROS, A APLICAR SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS, BEM COMO A ISENÇÃO PARA OS RESTANTES CASOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA 675/2017 - APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL O PERCENTUAL RELATIVO À TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) PARA VIGORAR NO ANO DE 2018, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

**O Sr. Presidente:** - Vamos agora, vamos então agora entrar Srs. Vereadores, os Srs. Administradores da Carris para já podem tomar ar noutra zona dos Paços do Concelho, já serão chamados, vamos então entrar no debate de todas as matérias relativamente à matéria orçamental.

E gostava de, ah, havia também o Ponto 18 e 19 que podiam ser autónomos, não é? Srs. Vereadores, queria então pedir a vossa atenção, nós vamos debater agora em conjunto, dos Ponto, do Ponto 3 ao Ponto 17 inclusive, 3 a 17, todas as matérias de natureza orçamental e relativamente aos instrumentos previsionais das empresas.

Eu não sei que, aqueles tempos que ali estão correspondem a quê, peço desculpa, só para que me oriente? Os tempos neste momento que ali estão, correspondem a quê, desculpe? Bom, muito bem, vamos fazer, nós vamos fazer este debate sem tempo, porque é impossível o debate, o calculo sequer do debate conjunto neste tempo todo, são 17, são 14 Propostas ou 15 Propostas, vamos fazer este debate sem tempo, apelo a todos à concisão e objetividade sobre estas matérias e pediria que no debate sobre isto, cada um também já apresentasse as suas próprias Propostas e não as deixasse para um momento posterior, para depois podermos fazer as votações sequenciais sem debate.

Srs. Vereadores, vamos começar com uma apresentação do Orçamento pelo Vereador João Paulo Saraiva, e depois, estão a partir de agora abertas as inscrições.

Sr. Vereador, por favor.

**O Sr. Vereador João Paulo Saraiva:** - Muito obrigado. Pedia que colocassem a, muito obrigado.

Então, cabe-me a mim apresentar genericamente, sem prejuízo de um conjunto de apresentações que se vão seguir das Empresas Municipais e da Diretora Municipal de Finanças, de apresentar genericamente aquilo que são os instrumentos de gestão previsional para o ano 2018.

A apresentação tem estes 4 Pontos: Orientações Estratégicas da Política Orçamental, Situação Financeira a 30 do 6 e Eixos do Programa do Governo da Cidade e depois o Orçamento Municipal, em números.

Começando por as Orientações Políticas que foram dadas à Direção Municipal de Finanças e às Empresas Municipais, uma política fiscal e tributária, manter a nossa posição de política fiscal e tributária mais favorável da Área Metropolitana de Lisboa; mais investimento, diminuição acentuada da Dívida e valorização do trabalho e os trabalhadores do Município de Lisboa e do universo municipal.

Como todos sabemos, temos uma política fiscal que tem um conjunto de pilares, que estão ali salientados, nomeadamente temos o IMI mais baixo da AML, o IMI mais baixo possível, que são uma taxa mínima de 03 por cento, o valor anual não cobrado em face desta política, são cerca de 62 milhões de euros que o Município deixa de cobrar em face de ter a Taxa no mínimo; devolver aos munícipes 50 por cento ou uma taxa de 2,5 por cento do IRS a que o município teria direito, o que faz com que anualmente devolvamos aos contribuintes um pouco mais de 31 milhões de euros; Tarifas de Saneamento e Resíduos Urbanos das mais competitivas da AML.

Isso está traduzido por uma comparação feita com os números disponíveis em 2017, algumas dessas situações que podem ser alteradas em face também, porque não estamos a ser dos primeiros que estamos a aprovar o Orçamento para 2018, bem longe do prazo limite que a Lei estipula, e como se pode ver por este gráfico, somos de longe que envolve mais IRS aos munícipes sendo que a esmagadora maioria a dos munícipes, portanto somos só 5 que devolvemos, nós devolvemos mais de cerca do dobro do 2.º e os outros, há 5 que devolvem, todos os outros não devolvem qualquer IRS aos munícipes.

Se compararmos também o IMI, estamos no limite mínimo, só há 2 municípios no limite mínimo, que somos nós e Vila Franca de Xira, todos os outros têm Taxas de IRS, desculpem, de IMI, superiores àquelas que nós aplicamos; quanto à Tarifa Saneamento e Resíduos, levamos conjugada, como a, digamos, as políticas fiscais e tributárias dos municípios não ficam paradas, ganhámos uma posição

relativamente ao ano de 2017, não somos o 5.º melhor, passámos a ser o 4.º melhor, muito próximo dos 3 que estão com tarifas conjugadas de saneamento e resíduos urbanos melhores que a nossa, ligeiramente melhores, e portanto, todos os outros municípios da Área Metropolitana de Lisboa tem Tarifas mais elevadas que a nossa, e como sabemos também, essas tarifas decorrem do facto de termos um conjunto de custos, e a nossa política é cobrir todos os custos que decorrem de cada um dos sistemas.

Do que diz respeito à política fiscal para as empresas. A derrama, portanto, a nossa perspectiva é de manutenção de toda a política fiscal, portanto estabilidade, que aliás já decorre desde 2013, essa política fiscal traduz-se, no que diz respeito às empresas, manter a isenção de Derrama para o volume de negócio inferiores a 150 mil euros e a isenção para atividades de restauração e pequeno comércio até 1 milhão de euros, o valor da Derrama devolvido às empresas superior a 3 milhões de euros/ano.

Mantemos também a uma Dívida a Fornecedores em mínimos históricos, e portanto mantemos a nossa performance de uma dívida que anda na ordem dos 2 milhões de euros, a 31 Dezembro 2016, temos mantido a performance ao longo do ano nestes valores, e a 2 dias de PMP, foi aquilo que aconteceu no final de 2016 e que se tem mantido entre 2 e 4 ao longo de todo este ano.

Também sabemos todos aqui a esta mesa, nesta reunião, todos os presentes, que de facto temos feito um trajeto sobre esta matéria, completamente ímpar, e que está traduzido neste mesmo gráfico.

A nossa política ano, no 2.º pilar das Orientações Estratégicas para a construção do Orçamento, foi aumento do investimento, em 2017 o investimento orçamentado foram 306 milhões de euros, muitas foram as críticas, nomeadamente à nossa direita, que estávamos com um Orçamento altamente eleitoralista e para encher o olho, pois com certeza os números deste ano vão deixar alguma dificuldade em justificar essa crítica, porque vão aumentar, e como não há eleições este ano, nem para o ano, admito que essa crítica seja difícil de sustentar, uma evolução positiva e bem notória de cerca de 50 milhões de euros na já muito, do já muito evidente esforço para fazer investimento na Cidade.

Esse investimento tem alguns pilares fundamentais, que estão aqui destacados, mas depois podemos falar sobre eles de forma mais particular, nomeadamente o PRA, o Programa de Renda Acessível, que como sabemos, a maioria do esforço de investimento é de privados, mas é preciso que o Município acompanhe para criar as condições para que esse investimento seja feito, e portanto há ali 8,5 milhões de euros; à habitação municipal, construção nova, reabilitação e manutenção de 36.7 milhões de euros.

O investimento no Fundo de Mobilidade Urbana, de que se destaca claramente a Carris, onde houve 15 milhões de euros de investimento, que como todos sabemos, o Contrato está em Visto do Tribunal de Contas, portanto não foi possível ainda de serem executados, passaram para o ano 2018, e no ano 2018 acompanhamos com um crescimento, para 18 milhões de euros, essa mesma determinação no funcionamento cada vez melhor da Carris.

O Plano Geral de Drenagem, que vai começar a ter expressão orçamental este ano de 2018, com, por um lado, um investimento no Plano Geral de Drenagem propriamente dito, cerca de 34 milhões de euros com o arranque do processo de construção dos túneis e 33 milhões de euros na melhoria e manutenção da Rede de Saneamento, só para citar os mais importantes e para ser rápido.

Mas o investimento no Programa Escola Nova, que chegou, atingiu um ponto de maturidade do ponto de vista da construção, que, depois tem um enorme reflexo em termos orçamentais, de 23 milhões de euros, em que há um conjunto de intervenções que estão em curso já em 2017, 12, e que vão continuar em 2018 e intervenções a iniciar em 2018, 8.

A Higiene Urbana, que vai continuar o seu percurso de forte investimento na melhoria das condições de trabalho e das condições operacionais de toda a estrutura da Higiene Urbana do Município de Lisboa, com um investimento de 24 milhões de euros.

E uma 2.<sup>a</sup> linha de orientação, já depois de mais investimento, que é a diminuição da Dívida, por um lado, a amortização de Dívida de 52 milhões de euros, que é no fundo, aquilo que sei, a amortização corrente, de que, recorde, da contratualização feito ao longo de muitos anos do Município de Lisboa e portanto da sua dívida em carteira, e por outro lado, uma reserva de contingência que nos vai permitir em face das contingências que aparecerem, diminuir a dívida em 100 milhões de euros.

Reposição, na melhoria das condições de trabalho no Município, estas linhas: reposição salarial, portanto total; descongelamento das carreiras; mobilidade entre carreiras e intercategorias; integração dos precários; 100 novos bombeiros em recruta; requalificação das instalações, isto tudo ultrapassa os 24 milhões de euros, e é algo que muito nos orgulhamos e que vai criar condições ao Município de Lisboa para poder dar resposta ainda melhor a tudo o que são as solicitações do Município e a todo este ambicioso Programa de Investimentos.

A situação financeira atual, aquela de onde partimos a 30 do 6, era importante aqui salientar que desde 30 do 6 de 2016, portanto em período homólogo, 30 do 6 de 2017, tivemos todas estes indicadores que estão ali, que eu não vou pormenorizar, mas todos eles são bons, diminuí o passivo, diminuí a dívida a fornecedores, diminuí

a dívida legal, aumenta a margem de endividamento, aumenta autonomia financeira e a solvabilidade financeira do Município.

As Empresas Municipais todos de boa saúde, eu sei que para aqueles que fizeram alguns hiatos aqui no nosso Município, até lhes parece estranho, porque todos estes números eram todos negativos noutras épocas e agora estão todos positivos, o que é de salientar, extraordinariamente positivo e nos permite ter a ambição que aqui temos, com saúde, portanto sem esforçar e se endividar o Município.

Os 5 Eixos da Cidade, um a um, há ali os principais destaques como eu destacando início, mas agora em mais pormenorizado, a Renda Acessível; a Habitação Municipal; o Fundo de Mobilidade Urbana, os Espaços Verdes e Parques Urbanos, 20 milhões de euros; o PGDL; a Higiene Urbana, tudo isto já tinha sido referido, mas agora nestes Eixos já vai ser mais evidente; a Escola Nova, a Ação Social Escolar, com 10 milhões de euros; manuais escolares, com 4 milhões; as Creches que tanto preocupam o CDS, 5,1 milhões de euros; a Requalificação de Equipamentos Desportivos, 4,8 milhões de euros; o UP Creative do Beato, 5,1; a Promoção de Mercados e Comércio Tradicional, 1,8; o investimento do Fundo de Desenvolvimento Turístico, 16,3 milhões de euros.

No Eixo D, afirmar Lisboa como cidade global, aliás foi interessante, que até hoje não há uma Moção aqui, houve Moções para muita coisa, mas não houve uma única referência, pelo menos digna de uma Moção, ao facto de termos sido, de termos tido o prémio tivemos sobre o Turismo, e portanto, já agora também salientar esse facto; mas promoção de eventos culturais, 15,2 milhões de euros; de qualificação de equipamentos culturais, 12 milhões; nova Feira Popular, 5,6; o Programa Municipal de Acolhimento de Refugiados, 1,2.

Eixo E e último, Governação Aberta Participada e Descentralizada; Reforma Administrativa, mantendo o investimento nos municípios, acrescentando ligeiramente para 73,8 milhões, nas Freguesias, desculpem, 73,8 milhões de euros; o Orçamento Participativo, com os 3,8; a Requalificação de Instalações e Serviços Municipais, 15,5, isto depois reparte-se a desta forma, em termos percentuais e também é conhecida todos, vou passar.

Os números, Receitas orçamentadas a 2017 versus 2018, um crescimento das receitas correntes de 21,3%, um decréscimo das receitas de capital, em face da não necessidade de alienar património que decorre do facto, de estarmos com uma capacidade de recolha de receita, muitíssimo alta, nomeadamente atribuída ao IMT ou principalmente ao IMT mas também à Derrama, um crescimento exponencial. Isto tudo se traduz num crescimento da receita de 7,5 milhões de euros. É uma estimativa prudente da receita, em face dos vários cenários traçados pela Direção Municipal de Finanças escolhemos o 2º mais prudente e, isso mesmo está traduzido

neste aumento de receitas. Do lado da despesa, do lado da despesa as despesas correntes mantêm-se de nível, é uma preocupação que o Município tem tido ao longo destes anos, é não aumentar as receitas correntes, porque todos sabemos as despesas correntes, por todos sabemos que o Município vive, do ponto de vista da receita, períodos extraordinários e é fundamental que a consigamos conter essa mesma despesa corrente em face de uma qualquer alteração ser facilmente acomodável em termos orçamentais. Já essa possibilidade, de termos muito a receita, permite-nos fazer algo muito importante e desejável do ponto de vista orçamental em qualquer Município, que é, utilizar a receita corrente para fazer a despesa de capital e é isso que estamos a fazer de forma muito expressiva. Este é o quadro, digamos, de dotação definida e não definida, porque é que nós o representamos e o reforçamos aqui? Porque toda aquela dotação não definida que, como eu disse, a receita que me permitiu construir a dotação definida foi feita de forma prudente e, a não definida é, eu diria, muitíssimo certa relativamente àquilo tem um grau de visibilidade muitíssimo alto e portanto, a importância de apresentar aqui, não é nos suponhamos como costumamos dizer, aquela possibilidade de realizar despesa é efetiva porque ela decorre de um saldo muito expressivo que vai transitar de 2017 e da 2ª *tranche* do empréstimo bem que concorrem para estes 265 milhões de euros de não definida, o que vai permitir com que o Município de Lisboa de forma extraordinária, sublinho, tenha pela 2ª vez na sua história, um orçamento que ultrapassa os mil milhões de euros em face de todas as circunstâncias que eu acabei de descrever. Por fim, uma consolidação daquilo que é todo o Universo Municipal, com o Município e suas empresas, e com as respetivas operações de consolidação que se traduzem nesses menos que estão ali na última linha, o que permite dizer que o Município de Lisboa vai ter, de forma consolidada, 1,2 mil milhões entre o Município e suas empresas Municipais na execução final do orçamento de 2018. E para já, é tudo Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** - Muito obrigado. Eu peço agora para chamarem os conselhos de administração das empresas, podemos começar precisamente pelo Conselho de Administração da Carris.

Senhor Presidente, por favor, tem a palavra.

**O Sr. Presidente da Carris??:** - Muito obrigado. Sr. Presidente bom dia, cumprimentar de novo os Srs. Vereadores. Vou fazer uma apresentação breve do documento que foi partilhado com o plano de atividades e orçamento de 2018 da Carris, com uma abrangência 2018/2021, mas focado mais no ano 2018. Eu penso

que, no seguimento da troca de impressões que tivemos prévias, convém lembrar alguns números que, julgo que são marcantes e, que justificam e suportam ainda mais a estratégia em termos de recrescimento da empresa, nomeadamente em recursos humanos e material circulante, e portanto lembrar que os últimos 5 anos, a redução de oferta foi marcante, mais de 9 milhões de veículos/quilómetro plano que levou a uma redução de procura que, foi também essa suportada por aumentos de tarifários marcantes ao longo desses 5 anos. O último aspeto que me parece importante, é que, na vida visão conjunta de transportes de Lisboa que assistiu, durante alguns anos, de claramente, a empresa que foi mais sacrificada em redução de quadros, foi a Carris que viu os seus quadros reduzidos em mais 607. No seguimento do que acabei de partilhar, o nosso acionista e aqui presente a Câmara Municipal de Lisboa, delineou um conjunto de princípios estratégicos que foram articulados com a Carris e que estão aqui resumidos em 3 pilares: Portanto, foi a orientação estratégica do acionista, em termos de: por um lado promover um serviço focado, pelo menos, naqueles que utilizam diariamente o nosso serviço e para isso, para ser focado nas pessoas e não as contas, é fundamental aumentar o comprimento de oferta, é fundamental flexibilizar a oferta e a integração tarifária, não só em termos de multimodal, mas também com outros modos que estão a nascer na cidade de Lisboa, expandir a rede de elétricos, concluir e implementar em pleno a rede de linhas de bairro, obviamente sempre com melhorias, justamente à rede face às necessidades da cidade, particularmente na zona ocidental, aumentar a informação ao passageiro e melhorar o conforto a bordo e em termos de acessibilidade. Bom, este era um dos pilares que nos foi dado como orientação estratégica, o 2º, tem a ver com a herança pesada dos últimos anos, que se concretiza em modernizar e qualificar a empresa, não só em termos tecnológicos é um ponto-chave, mas também a renovação, mas também a renovação e a melhoria do seu quadro de recursos humanos, que foi largamente afetado com a saída de mais de 600 colaboradores. Por último, integrar todos estes aspetos numa visão de eficiência de sustentabilidade, em particular sustentabilidade ambiental através das nossas relações que temos com os parceiros, nomeadamente a agência de energia de Lisboa que permite introduzir novas tecnologias, não só nos veículos mas nas infraestruturas. Para tal, para podermos levar a bom porto estes 3 princípios estratégicos que foram as orientações do acionista, foram identificadas 20 medidas que estão detalhadamente escritas no documento e que permitem as primeiras 14 só focadas nos utilizadores diários dos transportes públicos de Lisboa e, as restantes são focadas na melhoria da forma de atuar da empresa, em que cobrem a área dos tarifários da frota, da contratação de motoristas da implementação de redes de expansão da rede os elétricos, do aumento oficial comercial um aspeto, eu

diria que, marcante a forma como já está a Carris em sintonia com, quer a Câmara Municipal de Lisboa, mas os outros instrumentos que a Câmara Municipal de Lisboa tem, em particular, a EMEL e a Polícia Municipal a melhorar a sua capacidade no terreno, a implementação de corredores de elevado desempenho BUS e todos os outros projetos que estão identificados no documento. Ora, naturalmente que um plano de atividades não se cumpre se não houver uma visão clara do orçamento necessário, e o orçamento para 2018, é um orçamento com um plano de investimentos ambicioso, de 57 milhões e meio de euros para investir no ano 2018, em que uma grande fatia, mais de 43, quase 44 milhões de euros, estão alocados à renovação da frota. O plano refere e bem que, no quadriénio a Carris pretende adquirir 350 autocarros novos. Gostava de partilhar convosco, que no momento, estão a decorrer concursos que já foram lançados durante 2007 para 125 autocarros a gás natural, mais os 40 a gás natural articulados, mais de 37 autocarros médios e uma grande parte destes autocarros iniciarão a sua entrada ao serviço da cidade de Lisboa, no 2º semestre de 2018. Portanto, temos aqui os números que nos permitem chegar a bom porto em termos de redução de frota, como sabemos, são processos complicadas, porque obriga a concurso público internacional e também, por parte dos fornecedores do material circulante, todo o processo dos seus preparativos e entregas. Haverá também um investimento forte, na construção de uma nova estação de abastecimento a gás natural, em Miraflores, assim como a adaptação das estações para começarem a receber autocarros e veículos elétricos. Este investimento é de 2018, mas permita-me Sr. Presidente que partilhe também a minha ambição em termos de investimento para os restantes 3 anos, até 2021, num total, um plano de investimentos no total de 154,4 milhões de euros cuja, diria, 80% do mesmo é focado na renovação de frota. Frota essa, não apenas de autocarros com um total de 350 autocarros, a sua grande maioria já orientados para gás natural e, já um arranque também, no mundo dos veículos elétricos, mas também veículos autocarros elétricos, peço desculpa, mas também nos elétricos numa a operação que, já há mais de 2 décadas que não acontecia, de aquisição de dez elétricos que são os elétricos históricos para poder dar suporte e maior rigidez à expansão da linha dos elétricos 24, do cais Sodré a Campolide, assim como o alargamento da linha 15 de Algés, até, numa 1ª fase, a Santa Apolónia com a aquisição de mais 20. Este é um projeto ambicioso em termos de investimento e que, se traduz para este ano, de 2018 nos 57,5 milhões de euros. Já perto do fim, só queria partilhar 2 aspetos. O primeiro aspeto, é um aspeto de orçamento e portanto, a dotação ou resultados previsional em termos de 2018, portanto, a Carris prevê gastos operacionais na casa dos 108,7 milhões de euros, a maior expressão assenta no pessoal, gostaria de referir que, em termos de pessoal,

o que está previsto no quadriênio é uma contratação de 640 novos colaboradores, o resultado líquido é inferior, porque ao longo dos 4 anos, haverá saídas por reforma, por antecipação, por inaptidão e portanto, o que queremos é garantir o saldo positivo ao fim dos 4 anos superior a 500 novos colaboradores, a sua grande maioria motoristas e Guarda freios e portanto, é natural que a área, peço desculpa, referente aos gastos com pessoal seja dominante. Em termos de rendimentos operacionais, um rendimento operacional de 139,4 milhões de euros que se divide entre as vendas e as compensações de obrigação de serviço público, mais as condições tarifárias. As primeiras, relacionadas com o contrato de concessão entre o acionista Município de Lisboa e a empresa Carris, as segundas, em relação às compensações que virão do Estado. Isto leva-nos a pensar que, o nosso objetivo é chegar ao fim do ano 2018 com mais 15% de oferta no terreno, em ricos quilómetros, um saldo líquido de mais 85 autocarros, um saldo líquido mais 200 tripulantes, motoristas e Guarda freios e uma muito maior articulação, que já se está a verificar com muita satisfação do a da Carris, naturalmente com os serviços da Câmara e Municipal Lisboa, a Polícia Municipal e a EMEL. E, não me alongava mais Sr. Presidente, terminava e ficava disponibilizado para quaisquer esclarecimentos. Muito obrigado.

**O Sr. Presidente:** - Muito obrigado. Eu pergunto só aos Srs. Vereadores se há alguma pergunta, só de esclarecimento não de debate, só exclusivamente de esclarecimento de algum ponto que tenha ficado em aberto?  
Sr. vereador por favor.

**O Sr. Vereador???:** - Muito obrigado. Senhor professor Tiago Farias, uma pergunta muito simples e, que não veja nisto qualquer sub-reptícia político partidária, a minha pergunta é simples, para fazerem o plano estratégico plurianual da Carris, recorrem a equipas internas inteiramente, ou também têm o apoio de empresas de consultoria estratégica muito conhecidas, ou seja, eu acho que não abrindo a discussão da titularidade da empresa, se é pública se é privadas, acho que a Carris tem que ter práticas de gestão modernas e este tipo de empresa que poderia ser, empresa de consultoria poderia ser um bom auxílio à Carris...

**O Sr. Presidente:** -  
...felicidades também. Peço agora a entrada do Conselho de Administração da SRU.

**O Sr. Vereador João Paulo Saraiva:** - Muito Obrigada ao Conselho de Administração da SRU peço tempo que esteve à espera, e Doutora Teresa do Paço Presidente do Conselho de Administração pode usar da palavra para apresentar o Plano/2018 da SRU. Muito obrigado.

**A Sr<sup>a</sup>. Dra. Teresa do Paço - Presidente do Conselho de Administração:** - Bom dia. Não estávamos à espera, pensávamos que eramos das últimas empresas municipais, bom dia a todos. Vou passar já a apresentação que eu sei que o tempo é curtíssimo. E, portanto, o que é que eu vos vou falar, acho que vale a pena falar um bocadinho sobre as grandes áreas de atividade da SRU.

No fundo a SRU como a maior parte dos que aqui estão sabem, outros talvez não, a SRU tem duas grandes áreas de atividade tem a área de atividade que é a gestão urbanística da sua zona de intervenção e tem a 2<sup>a</sup> grande área de atividade que é, no fundo a intervenções de reabilitação urbana, aquilo que nós chamamos as obras de reabilitação urbana que podem que podem ser ou do espaço público ou de edifícios e que podem incluir todo o ciclo da promoção imobiliária, desde a aquisição do terreno até ao arrendamento no fim, portanto, fazer os projetos fazer a gestão a contratação da empreitada, a fiscalização e no fim, o arrendamento, ou pode como nos últimos tempos tem acontecido, receber os projetos do município e fazer a contratação das empreitadas e fazer a sua gestão. Portanto, vamos passar já para a 1<sup>a</sup> área da atividade da SRU.

Aqui está a gestão do espaço público, a gestão de espaço não, desculpem, a reabilitação do espaço público: temos ali parte da zona de intervenção da SRU, porque vai até ao fundo, não era possível por tudo no mesmo slide; portanto, aa azul está todo o espaço público que a SRU já reabilitou, portanto a SRU já reabilitou todo o espaço público que queria reabilitar na sua zona de intervenção; a encarnado está área que é abrangida pelo plano de pormenor, portanto, não tínhamos como objetivo fazer a reabilitação deste espaço público, mas temos também ali a Calçada da ajuda que pode passar despercebida, mas confina com o plano de pormenor; e depois a amarelo temos as novas áreas que nos foram dadas de reabilitação do espaço público. Portanto, ali do lado direito, temos os dois largos, o Largo da Boa-Hora, Ajuda e o Largo do Rio Seco, em cima a amarelo temos a Estrada de Caselas, e aqui em baixo temos a Rua de Bartolomeu Dias e a Rua de Pedrouços. Aqui só uma imagem de assim da última intervenção de reabilitação do espaço público da SRU, que ainda está em curso e que, portanto, foi a mais importante no ano de 2017 e que é da reabilitação do Largo da Memória que ainda não está concluída, vai ser concluída este mês ou no próximo.

Passamos para a 2ª área de atividade da SRU que é a reabilitação de edifícios municipais; portanto a azul claro temos as escolas que agora, o município deu à SRU para reabilitar; a rosa, temos que o Teatro Municipal Luís de Camões que é o que na Calçada Ajuda cuja obra está praticamente concluída; ali a roxo temos a futura Biblioteca de Alcântara e depois a verde temos o P de Socorro avançado do RSB no Martim Moniz e a amarelo, o MUDE.

Como podem perceber quer dizer, falar qualquer uma destas empreitadas levaria a apresentação da SRU, portanto, se alguém tiver interesse, nós estamos totalmente disponíveis para falar de como é que estão a correr e as vicissitudes todas de cada uma delas.

Aqui só uma imagem do Teatro Luís de Camões, porquê? Porque é uma empreitada que tem suscitado muita curiosidade da vizinhança onde se inclui como vizinho, Presidente da República, mas de comunicação social, pronto há aqui um carinho por este Teatro, e eu acho que é uma obra que nos orgulha e que vai orgulhar a Câmara também.

Aqui o MUDE, porquê é? porque realmente de todas as intervenções da SRU é a mais significativa em todos os níveis, nomeadamente financeiras, as coisas estão a correr ... depois, lá está, o MDE seria outra apresentação. Aqui só um exemplo do último edifício de que a SRU reabilitou. Pronto a SRU já reabilitou todos os edifícios que, no âmbito da sua gestão destas operações de reabilitação urbana adquiriu, e este é o último e irá para arrendamento em Janeiro do próximo ano.

Passando então aqui aos números, pronto, os números são estes: a SRU até agora tem contas e projeções simples, no fundo, os números demonstram como o devem fazer a forma, a estratégia da SRU, como é que se SRU é gerida. Portanto, no fundo, desde o princípio assim foi, a todos os custos de funcionamento da SRU e que onde se inclui a gestão urbanística da sua zona de intervenção são financiados com contratos-programa anuais. Portanto, todos os anos, o município, aprova junto com os instrumentos de gestão previsional um contrato-programa para financiar os custos de funcionamento da SRU. Depois, as operações, os investimentos de reabilitação urbana, primeiro eram financiados com contrato de empréstimo com o BAI e, agora são financiados com este contrato-programa com o município dos 34 milhões de euros e é isso. Claro que uma parte dos custos de funcionamento da SRU vão sendo agora também financiados com as taxas urbanísticas, mas que são reduzidas uma vez são tudo operações reabilitação urbana e, portanto, são devolvidas a sua maioria aos requerentes e também as rendas das poucas casas, que nós temos arrendadas. As despesas, no fundo, refletem as receitas, portanto, os principais gastos são os gastos de funcionamento são 670 mil euros, dos quais a maior parte são custos de pessoal. Portanto a SRU, neste momento, tem uma

equipa de 13 pessoas mais o conselho de administração. Portanto tudo aquilo que foi falado foi feito por uma equipa que, neste momento, no seu auge, já fomos muito menos, chegou a 13 pessoas.

Conclusões e perspetivas: o que é que acho que vale a pena aqui? Portanto, no fundo, estas são os resultados que demonstram que a estratégia da SRU foi bem delineada e que foi bem executada talvez também. Portanto, neste momento, isto são só as obras de privados: temos 470 números redondos de edifícios, que auto reabilitados ou estão em fase de reabilitação, são cerca de 230 mil metros quadrados e temos a falar de um investimento só em construção e de privados de 80 milhões de euros.

Está concluída a operação de reabilitação urbana financiada pelo BAI, que incluiu que 100 mil metros quadrados de espaço público reabilitado com as respetivas infraestruturas, mais ou menos 200 novos lugares estacionamento, portanto, são 2 parques de estacionamento gratuitos que a SRU construiu, sempre que podia construía parques de estacionamento no âmbito das operações de reabilitação do espaço público. E 20 edifícios que a SRU reabilitou, tudo financiado pelos fundos do BAI, dos quais uma escola, um Teatro, a sede da SRU, a sede do Belém Clube, 8 edifícios destinados a habitação do município que devolvemos à Câmara e que estão arrendados, e 8 edifícios da SRU que também estão todos arrendados menos aquele que nós mostramos.

Agora o futuro. O futuro é este contrato-programa que fizemos em 2015 mas que só começou a ser executado realmente em 2016 e que, no fundo foi algo muito importante para nós, porque foi um reconhecimento do bom trabalho feito pela SRU e implicou um aumento de escala muito elevado para a SRU. Nós fizemos tudo isto, o contrato do BAI eram 16 milhões de euros e agora estamos a falar de 34 milhões de euros, tudo em números redondos. E, portanto, foi algo que nos honrou e que nós estamos a tentar corresponder às expectativas. A SRU, a equipa está realmente motivada para dar o seu melhor e corresponder às expectativas do município com este aumento significativo de meios para poder fazer reabilitação urbana

E pronto, estou à disposição para qualquer dúvida que tenham. É o que eu digo, qualquer uma destas áreas dava para uma apresentação, pronto, foi a síntese possível, estamos à disposição para qualquer dúvida.

**O Sr. Presidente:** - Muito obrigado, Senhora Presidente. Sr. Vereador.

**O Sr. Vereador João Paulo Saraiva:** - Obrigado Presidente deste caso, não respeita o pedido de informação escrita e cumprimentar a Sra. Presidente do conselho de administração já não a via desde há alguns anos, quando andava com

financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia a estudar as várias SRU em Portugal talvez em 2004/2005, ainda antes do João Ferrão ter criado o regime jurídico da reabilitação urbana. E é muito interessante reencontrar a SRU - Lisboa Ocidental depois do que aconteceu à generalidade das SRU em Portugal. E já trazia esta agenda de perceber como é que esta empresa tinha evoluído e que sentido é que fazia no quadro legal atual o funcionamento duma SRU, e deparo-me com uma empresa que prossegue a atividade que tinha iniciado salvo erro em 2002 2001/2004 mil e quatro, exatamente, mas, ao mesmo tempo perceber que a SRU ocidental assumiu em Lisboa um papel que extravasa o seu âmbito territorial e aquele objetivo inicial das SRU, e que se está a constituir certa maneira como uma empresa de reabilitação urbana de Lisboa. Está a assumir um conjunto de projetos de habitação urbana na cidade por delegação, contrato-programa com a Câmara Municipal, e isto faz-me pensar claramente que estamos numa situação em trânsito, não é, perante a extinção da EPUL ter agora uma empresa municipal a assumir funções de habitação urbana já não apenas no seu território estrito, mas em toda a cidade. Pergunto se não estamos a caminhar para a necessidade de eventualmente daqui a um tempo de converter a SRU numa, não da SRU ocidental mas a SRU de Lisboa, ponto. E aproveitar talvez o âmbito da ARU de Lisboa para ter uma SRU que abranja toda a área de Lisboa e possa com mais legitimidade ter este funcionamento. É uma reflexão em aberto, não é nenhuma proposta, mas que gostava de partilhar com os pares desta Câmara para discutirmos estrategicamente mais à frente, na cidade de cidade. Muito obrigado.

Portanto, não foi bem uma pergunta, mas é algo que eu gostava de ter dito à sua frente e não sabe só aqui na Câmara.

**O Sr. Presidente:** - É uma observação pertinente, face à evolução da ARU e do funcionamento da SRU e em breve, terá notícias sobre isso.

Srs. Vereadores, mais alguma questão, especificamente sobre esta matéria?

**O Sr. Vereador Pedro Costa:** - Não, não é apenas registar que acolhe bem as propostas bem as propostas do PSD.

**O Sr. Presidente:** - Com bom espírito democrático, quando a proposta é boa. Ou parafraseando uma linguagem muito querida dum partido aqui muito próximo “aprovamos aquilo que é positivo reprovamos aquilo que é negativo para o povo”.

Sr. Vereador Sá Fernandes, favor.

**O Sr. Vereador Sá Fernandes:** - Obrigado Sr. Presidente. Não vem assim muito a propósito, ou virá no futuro, provavelmente.

Há uma área que está ali mesmo junto da SRU e várias intervenções que estão a ser feitas, tem a ver com o Largo da Torre do Galo, que no fundo fazia a transição precisamente do Parque do Rio Seco e do 2 de Maio ao Palácio da Ajuda, se por acaso já está a estudar essa matéria ou não, ou se estão a prever que no futuro, essa seja uma área de intervenção?

**A Sr<sup>a</sup>. Dra. Teresa do Paço - Presidente do Conselho de Administração:** - Temos falado sobre isso, não é, se a Câmara nos entregar essa área, claro com o maior gosto, acho que faz sentido, mas não fez parte daqueles projetos do espaço público que transitaram para SRU, nós estamos de braços abertos, claro.

**O Sr. Vereador Sá Fernandes:** - Muito obrigado era só para saber que faz mesmo sentido. Muito obrigado.

**O Sr. Presidente:** - Muito obrigado. Sra. Presidente muito obrigado pelos contributos e até já.

Agora o Conselho de Administração da EGEAC, por favor.

**A Sr.<sup>a</sup> Presidente da EGEAC:** - Muito boa tarde Sr. Presidente, Srs. Vereadores, vou tentar ser breve.

Muito resumidamente, a Apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional da EGRAC para o próximo ano, tem sobretudo em conta este esforço de consolidação dos últimos anos, depois da transferência para EGEAC de um conjunto significativo de Museus, de Teatros Municipais, que nos permite agora estar numa posição no nosso entender, privilegiada, para capacitar essa grande diversidade de todos esses conjuntos de equipamentos culturais em diferentes pontos da Cidade e de uma grande diversidade entre eles, estou a falar de Museus, de Galerias, de Teatros, pelo que conseguimos agora passar para políticas transversais a todos eles, garantindo a autonomia artística, naturalmente, de cada um, para apostar naquilo que consideramos serem as seguintes áreas chave.

Desde logo, o reforço das ações participativas com, predominantemente o Público Local, o Público Municipal, e também as ações na área da preservação, da promoção da memória da Cidade. Recordo aquilo que já fazemos, a organização e a dinamização das Marchas Populares; o Concurso das Sardinhas; a recuperação que fizemos da memória dos Tronos de Santo António, portanto vamos, que é esta fotografia, aliás, vamos continuar a trabalhar esta vertente, mas vamos inovar com

ferramentas, designadamente de âmbito digital, por um lado, e porque para o ano é o ano do Património Cultural Europeu, criar mais acervos online para permitir essa visita virtual mais rica e a própria visita física aos espaços ser também ela enriquecida e melhorada.

E vamos fazê-lo, como temos vindo a fazer este trabalho de identidade da Cidade, de uma forma inclusiva, aberta, tendo em conta as várias comunidades de diferentes origens que habitam a cidade. Está neste momento a decorrer o 1.º Natal Interconfessional, que tem a participação, por exemplo, do Templo Hindu e também do Centro Ismaili, no âmbito da programação tradicional dos Concertos nas Igrejas. E recordo também, e é outra área em que vamos continuar a apostar, a programação pós colonial, designadamente no Padrão dos Descobrimentos e também no âmbito das Galerias Municipais; vamos também apostar nos serviços educativos de todos os nossos espaços culturais, têm serviços educativos próprios, com diferentes valências, diferentes premissas, no entanto, estamos a desenhar um projeto transversal, que tem já em conta o perfil do aluno do Século XXI, é um projeto-piloto, que queremos implementar a partir do próximo ano, que tem uma participação direta das Escolas e dos Professores na construção de atividades que complementam os currículos escolares.

Passado ao próximo slide, vamos continuar a nossa “política de descentralização”, entre aspas, do Centro Histórico, numa lógica de democratização das propostas culturais, da sua acessibilidade e da descoberta da Cidade, esta é uma fotografia daquilo que foi para nós, pelo menos um marco deste ano, foi o Concerto Carmina Burana, ano Vale do Silêncio, nos Olivais, levámos a Orquestra Gulbenkian e a foi uma iniciativa que em muito superou as nossas expectativas, tivemos 18 mil pessoas presencialmente neste sítio, 300 mil acompanharam via Facebook.

A Câmara Municipal fez uma transmissão direta, a taxa de respostas foi na ordem dos 97% positivas e queria aqui destacar, com muitas pessoas a reforçar que foi a 1.ª vez que tiveram acesso a algo deste tipo, portanto é certamente algo que vamos continuar, temos algumas surpresas e portanto, não vou divulgar, mas estamos ativamente à procura de outros locais na Cidade, também obviamente como uma forma de difundir as propostas culturais na Cidade.

Vamos aprofundar as nossas parcerias no terreno, com as Juntas de Freguesia, a Santa casa e também com as outras Empresas Municipais, para potenciar as acessibilidades, garantir que as pessoas têm transportes e em muitos casos, por exemplo da população sénior, companhia para poder deslocar-se aos locais; e vamos também introduzir mecanismos, como o Cartão Fidelização, mais uma vez direcionado à população residente.

E em 2018, vamos também passar a ter todos os nossos Museus e Equipamentos equipados com áudio guias, foi uma candidatura bem-sucedida que fizemos ao Turismo de Portugal, que vão passar a ter, portanto, 4 idiomas, além de vídeos em língua gestual portuguesa para surdos e também áudio descrição para cegos.

Passando também já ao próximo slide, da sustentabilidade. Nós entendemos a sustentabilidade do ponto de vista económico e também ambiental, e vamo-nos focar em 3 áreas essencialmente, estamos já neste momento a renovar as nossas parcerias com os nossos parceiros ou patrocinadores principais, para aumentar a nossa sustentabilidade económica, uma grande parte da nossa programação, sobretudo a do espaço público, já é autossustentável, queremos estende-la também aos equipamentos e sempre sensibilizando os nossos patrocinadores para as questões ambientais, reduzir a nossa pegada ambiental, nomeadamente nos grandes eventos, utilização de materiais ecológicos sempre que possível e dinamizar iniciativas, como foi por exemplo o ano passado os copos reciclados, que depois teve, foi uma boa prática que se estendeu inclusivamente para os festivais de âmbito privado.

Vamos também reforçar as nossas medidas de captação do Público turista, vamos implementar medidas para haver uma maior facilidade na compra dos ingressos, e também desenvolver a venda integrada numa lógica de circuito, ou seja, por exemplo, com o novo Terminal na zona de Alfama, nós temos, desde o Museu do Fado, o Castelo, o Teatro Romano, temos 5 ou 6 equipamentos que dá para fazer um Circuito muito facilmente e de uma forma muito natural, assim como por exemplo, aproveitar a Linha Amarela do Metro que passa por diversos espaços culturais, alguns são da nossa gestão, outros não, mas criar essa lógica de recurso, por um lado, para aliviar as zonas onde neste momento se sente uma pressão, melhorar a qualidade da visita e também, naturalmente, captar mais público turista.

Em termos ambientais, vamos aprofundar a nossa relação com a Valorsul e com outras entidades para, como já disse, reduzir a nossa pegada ambiental; incentivar, como temos vindo a fazer, o uso dos Transportes Públicos e também queríamos introduzir na Rede das Bibliotecas, as bicicletas municipais, as bicicletas eletrónicas e introduzir também os nossos, elétricas, os nossos espaços, para criar mais uma vez uma lógica de Circuito.

E agora, passando ao slide final no que me diz respeito, é um slide que tem apenas alguns números gerais para vos dar uma dimensão da nossa atividade em diferentes dimensões, em 2018 contamos manter estes níveis, sendo que a Cidade terá já a grandes eventos, como a Eurovisão, o Rock in Rio, os 20 anos da Expo, os 20 anos do LUX, portanto, vamos apostar em propostas diferenciadoras, não

necessariamente de grande escala, sempre com um grande cuidado na escolha dos repertórios, na escolha dos locais em que fazemos as nossas apresentações.

Termino a minha parte, convidando-vos a assistir ao Ano Novo, que este ano vai ser pela primeira vez programado pela EGEAC, que vai ter de diversos artistas, Ana Moura, Bonga, e uma noite de final de ano dedicada a uma homenagem, um concerto que foi feito de raiz para homenagear o rock/pop português, gostaria muito de os ver e passo a minha colega, que fará a Apresentação da Gestão Financeira da Empresa para o próximo ano.

**A Senhora (?):** - Boa tarde Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores. Um dos objetivos da EGEAC é também, além da atividade cultural, a valorização e a requalificação do seu Património, que é municipal.

Temos em, como objetivo em 2018, um investimento de valorização do património no valor de 2 milhões e 600 mil, acrescido a 1 milhão que temos em despesas de funcionamento em conservação e reparação.

Como podemos verificar, temos uma, no Castelo de São Jorge, além dos pavimentos e das novas acessibilidades, que tem a ver com os novos circuitos da ligação da Baixa da Cidade à Colina do Castelo, temos também em desenvolvimento um projeto do novo anfiteatro, que é a 2.ª fase, que é a 2.ª fase do Núcleo Arqueológico.

Relativamente às Galerias Municipais, temos efetivamente o desenvolvimento da Requalificação do Torreão Nascente da Cordoaria e da Galeria Quadro, com o novo projeto de iluminação e de dotar de condições para receber exposições internacionais.

Na Casa Fernando Pessoa, temos este projeto “Uma casa para todos”, que é um projeto que foi candidatado e apoiado pelo Turismo de Portugal, no turismo acessível, e este projeto pressupõe o seguinte, que é um novo discurso museológico, um novo percurso e a eliminação de barreiras arquitetónicas para os visitantes com necessidade especiais.

Na Manutenção Militar ou a Creative do Beato, temos projetado em 2018 a criação do Núcleo Museológico; relativamente ao Museu da Marioneta, temos a implementação e a continuação do projeto de ar condicionado e de todo o espólio; relativamente ao Cinema São Jorge, temos também o tratamento a pintura da fachada principal, que este ano não foi possível fazê-lo e portanto está incluído em 2018; mas também temos um Projeto do turismo acessível, que são alteração das plataformas elevatórias para deficientes motores.

Relativamente ao Maria Matos, a também foi candidatado ao turismo acessível, temos uma parte que é apoiada pelo turismo acessível e que tem a ver também com

a colocação de plataformas elevatórias, porque nós temos um problema no Maria Matos relativamente à escadaria, e portanto tivemos que fazer a adaptação da escada e também de um circuito visitável até ao 1.º andar, e também a adaptação de camarins.

Relativamente ao Padrão dos Descobrimentos, temos a conclusão da iluminação monumental, do Padrão; e a relativamente ao Museu de Lisboa, temos a Requalificação da Casa do Guarda, da Oficina e o Pavilhão Preto; e no Teatro Romano temos a colocação de uma nova cobertura em 2018.

No que diz respeito ao Teatro Aberto, temos o tratamento da fachada, que são os 4 Teatros que passaram para a gestão da EGEAC no último semestre, e temos feito investimento e temos previsto entre 2018, na Comuna, a reabilitação da cave e início do Projeto de Reabilitação total do imóvel; na Barraca Cine-arte, estamos a desenvolver o Projeto de Reabilitação geral do imóvel também e o seu investimento; e no Meridional, vamos implementar uma nova instalação elétrica e dotá-lo de segurança.

Podemos verificar, portanto, a par de todo este investimento, podemos fazer a comparação entre 2018 e 2017, pelos previsionais, e verificamos que nós temos, em termos de rendimentos, temos mais 1 milhão e 300 mil, dos quais, como podem verificar, 1 milhão e 200 mil é do Castelo, mais 200 mil, que será dividido entre o Padrão dos Descobrimentos, ente o Museu do Fado e o Museu da Marioneta e depois temos outros rendimentos, o Contrato/Programa igual ao deste ano, o valor.

Relativamente aos gastos. Como podem verificar, os gastos também são equivalentes, temos 1 milhão e 400 mil de Recursos Humanos, que advém das progressões automáticas, do Acordo da Empresa e da Lei do Orçamento do Estado, portanto, temos mais uns gastos, que foram aqueles que eu enumerei anteriormente, gastos de funcionamento dos Teatros concessionados, que são aqueles Teatros que nós recebemos, e também temos na estrutura central, devido a toda a assunção de contratos de eletricidade e de funcionamento que vieram para a alçada da EGEAC.

Temos uma redução aqui de 800 mil, se puderem verificar, no Orçamento, e temos atividade, e isto vem do seguinte, ela foi alocada aos Recursos Humanos, porque estes 800 mil, foram alocados 17 à Ibero-americana, portanto, é um projeto muito especial que fizemos este ano, estamos a termina-lo, vamos terminar daqui a poucos dias e portanto ele foi alocado aos Recursos Humanos.

Queria só salientar que relativamente aos Rendimentos, nós podemos verificar que depois temos algum decréscimo de rendimento relativamente ao Museu de Lisboa, portanto, Bordalo Pinheiro, isto devido ao seguinte, e há também na Casa Fernando Pessoa, porque nós vamos em, como puderam verificar no slide anterior, nós vamos

ter 3 intervenções muito grandes nestes 3 equipamentos e que podem inviabilizar durante um determinado período ser visitável, portanto pode haver aqui um ligeiro decréscimo.

Agora o próximo slide, temos a Demonstração de Resultados previsional, como podemos ver, na Administração de resultados provisional nós temos, de rendimentos, um total de, diretos, um total de 27 milhões, dos quais, de rendimentos diretos de receita de bilheteira diretas destes equipamentos, nós temos 14 milhões e 200 mil e mais 1 milhão de patrocínios, portanto, os 27 milhões incluem os 10 milhões de contratos programa. Podemos verificar também relativamente aos gastos do Rui e o funcionamento de cada um destes eixos e portanto, podemos apesar desta lei do artigo 62 da lei 50 não estar ainda e da linha a) e b) não estar a ser aplicada, portanto, está suspensa, nós achamos que devemos continuar a trabalhar com estes rácios de forma a que, a permitir que, estejamos sempre acima a cumprir estas duas alíneas, de forma a tentar sempre ter mais autonomia em relação ao contrato programa da Câmara, do serviço de exploração, mas também relativamente à receção das demais receitas e de mais dinâmica da empresa. Portanto, temos aqui um valor, o resultado operacional e o resultado líquido que é zero e estamos à disposição para algum esclarecimento, obrigada.

**O Sr. Presidente:** - Muito obrigado Sr. Administrador. Sra. Vereadora, Teresa Leal Coelho, peço desculpa.

**A Sra. Vereadora Teresa Leal Coelho:** - Muito obrigada Sr. Presidente. Eu quero apenas fazer aqui uma sugestão. Comprimento a Sra. Presidente, a Sra. Administradora, mas quero aqui fazer uma sugestão. Quando a Sra. Presidente, apresentou esse projeto das festas de Natal e de Ano Novo, eu sugeria que não se chamasse, se é uma questão do âmbito do diálogo e Intercultural, que não se chamasse festas Natal, mas sim, quanto muito, celebrações públicas das várias festas religiosas, a Câmara já apoia o ANUCA Judaico e parece-me que, numa lógica de respeito pela multiculturalidade, não devemos utilizar expressões que não sejam inclusivas e portanto, sugiro que haja substituição dessa expressão por uma expressão mais abrangente, esta que eu proponho ou uma qualquer outra. E depois quero também, agora vem a parte má, quero também pedir um esclarecimento, não em relação ao plano de orientação estratégica que agora apresentou, mas relativamente a um balanço no passado, o Sr. Presidente falou do Carmina Burana que teve imenso sucesso sem dúvida nenhuma e, de toda a programação durante

esse período das festas da cidade, que eu compreendo que, foi durante o período das festas da cidade, mas eu pergunto não foi?

(Intervenção impercetível fora do microfone.)

A Sra. ?? : - Não, não foi, foi durante o âmbito de uma outra programação, Lisboa na rua e durante o mês de Setembro.

**A Sra. Vereadora Teresa Leal Coelho (cont.):** - Muito bem, exatamente foi durante esse período que coincidiu precisamente, com o período de campanha eleitoral e por isso, eu pergunto se recebeu alguma orientação no sentido de haver contenção daquilo que aparecia com o selo do então o executivo Camarário, na divulgação de todas essas ações, precisamente, porque estamos num período de campanha eleitoral. Muito obrigada.

.

**A Sra. Presidente:** - Posso responder?

**O Sr. Presidente:** - Sim Sra. Presidente.

**A Sra. Presidente (cont.):** - Obrigada Sr. Presidente. Nós, este programa Lisboa na Rua, só muito brevemente a programação do espaço público da EGEAC está organizada em 4 blocos, festas de Lisboa, Lisboa na Rua, Natal em Lisboa que, de acordo com a sua sugestão, teremos todo o gosto em repensar dada esta nova abordagem, e Abril em Lisboa. No caso de Lisboa na rua programação de Setembro, ela existe há 8 anos, nasceu de uma parceria com o Turismo de Portugal, e, neste caso por justamente existir um contexto eleitoral, pela 1ª vez em vários anos, não celebramos o Dia Internacional da música que é no dia 1 de Outubro, precisamente, porque era o dia de eleições e entendemos que não fazia sentido, enfim prestar-nos a esse tipo de confusões. Portanto, limitámo-nos a fazer aquilo que fazemos há 8 anos, sem mais, sem menos, ou com mais na nossa perspectiva, que com esta inovação de outro local, do Vale do silêncio, mas de resto, a única alteração houve foi precisamente com esse cuidado de não, no dia de eleições não criar algo que pudesse ser passível de interpretações políticas.

**O Sr. Presidente:** - Muito obrigado.

**A Sra. Vereadora Teresa Leal Coelho:** - É muito rápido Sr. Vereador, é só para dizer que os vereadores do PSD irão sugerir no futuro que haja contenção daquilo que é atividade, naturalmente, que é conotada com o executivo camarário em funções em período de campanha eleitoral, aliás, à semelhança do que acontece na maior parte dos países europeus que resulta até, ou de regulamentos camarários ou de legislação Nacional. Muito obrigada.

**O Sr. Presidente:** - Sra. Vereadora, peço desculpa, se não tivesse havido essa contenção podia ter visto o festim que teria sido, não é? Como é evidente a contenção foi total e, a propósito, eu próprio não sabia da data da realização do espetáculo e tive todo gosto de poder ir nesse dia para lá sem saber.

**A Sra. Vereadora Teresa Leal Coelho:** - Diz o Sr. Presidente, que há verbas exatamente para fazer muito mais e por isso mesmo, nós podemos desonerar os municípios de contribuições a que hoje estão sujeitos, porque a verba chega para o que se faz e por muito mais. Muito obrigado Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** - Isso é um contraste ver com o discurso da governação de há uns tempos atrás, mas é bom saber que agora já. Sra. Vereadora Assunção Cristas ou o Sr. Vereador Nuno Rocha, por favor.  
Sr. Vereador Nuno Rocha.

**O Sr. Vereador Nuno Rocha:** - Muito obrigado Sr. Presidente. Bom dia a todos. Duas questões muito rápidas, a 1ª centra-se com um slide que mostrou que tem a ver com as receitas e os custos e, aparece ali uma rubrica de 800 mil euros, menos 800 mil euros, está nos recursos humanos.

(Intervenção impercetível fora do microfone.)

**O Sr. Vereador Nuno Rocha (cont.):** - Foi o alocado aos recursos humanos exatamente. Eu gostava que me explicasse o que é que isto tem que ver com o

festival Ibero Latino-americano, como é que isto funcionou, ou seja, foram recursos humanos que foram contratados no valor de 800 mil euros para o festival e agora já não é preciso?

(Intervenção impercetível fora do microfone.)

**O Sr. Presidente:** - Só um momento por favor. Já são todas as questões?

**O Sr. Vereador Nuno Rocha (cont.):** - Esta foi a 1ª. 2ª Questão, tem a ver com a existência da Direção Municipal de Cultura na Câmara e, em que medida é que há uma sobreposição na gestão da agenda cultural entre, portanto, esta Direção e a EGEAC? E como é que isto se coordena? E até que ponto é que não há aqui alguma, enfim, pouco eficiência e pouca eficácia na gestão deste tema da Cultura?

**O Sr. Presidente:** - O Sr. Vereador se calhar não reparou, mas eu daqui vi os olhos a brilhar do Vereador Carlos Moura. Eu não sei se tinha mais questões, Sr. Vereador, sobre isto? Não?

Sra. Vereadora Assunção Cristas por favor.

**A Sra. Vereadora Assunção Cristas:** - Sr. Presidente, apenas uma questão que surgiu da intervenção da Sra. Vereadora, Teresa Leal Coelho para sugerir à Sra. Presidente da EGEAC, que não mude o tema do Natal em Lisboa, onde haverá espaço, certamente para muitas iniciativas Interconfessionais, mas que não nos esqueçamos que, de facto, o Natal, como nós o estejamos no mundo ocidental cristão, tem a ver com uma festa muito específica, naturalmente que depois alargada e com a leituras muito diferentes por parte de quem não é crente, mas em todo o caso o Natal festeja o nascimento de Jesus, e portanto, eu creio que é bom, não esquecermos aqui em Portugal na Europa, independentemente de todo o diálogo interconfessional para o qual eu sou absolutamente favorável. Muito obrigada.

**O Sr. Presidente:** - Vereador João Pedro Costa. Em defesa da honra do Pai Natal, também, não?

**O Sr. Vereador João Pedro Costa:** - Não, o Pai Natal não precisa de defesa da honra, Muito obrigado Sr. Presidente, é uma pergunta muito mais mundana. É só, quantos funcionários tem a empresa?

**O Sr. Presidente:** - **Muito** obrigado. Sra. Presidente ou Sra. Administradora, não sei quem quer responder às questões.

**A Sra. Presidente ou Sra. Administradora da EGEAC:** - Bom, mas menos 800 mil só era para explicar que, efetivamente, aqueles 800 mil que estavam, este ano, alocados, porque quando nós apresentamos o relatório e contas, isso vai estar espelhado no relatório e contas também, que estava afeto é um projeto especial que estamos a terminar, que é Lisboa ibero-americana que tinha, capital ibero-americana peço desculpa, Lisboa capital ibero-americana mais precisamente, que estava previsto 800 mil em atividade, portanto, como já não temos, em 2018, portanto, aquele valor foi alocado para reforçar os, 1.400 mil de recursos humanos que era necessário. Só foi isso, só foi para explicar que os menos 800, porque depois irão ver na demonstração de resultados que irá ter menos 800 em atividade, é só isso, para explicar porque é que houve uma redução de 800 mil na atividade.

**O Sr. Presidente:** - Sr. Vereador Nuno Rocha.

**O Sr. Vereador Nuno Rocha:** - Quer dizer isso que, o orçamento para 2017 estava sobredotado, para recursos humanos em 800 mil euros?

**A Sra. Presidente da EGEAC:** - Não estava sobredotado, o que temos é, com a lei do Orçamento do Estado aí e de acordo com o acordo da empresa, nós temos progressões automáticas e portanto, nós já tivemos que fazer compensações, no ano passado, estrugimos e tivemos que pagar. Portanto, em 2018 vamos terminar tudo isso, com o aumento de horas extraordinárias, como sabemos os valores, com o aumento de subsídios de refeição e portanto, isto foi o valor de compensação, portanto, foi alocado a... era só para explicar que depois no relatório de contas vai ser espelhado, era só isso. Àh, relativamente ao número de funcionários, nós temos 341 funcionários.

**O Sr. Presidente:** - Muito obrigado.

**A Sra. Presidente ou Sra. Administradora da EGEAC:** Penso que depois a questão da duplicação fará mais sentido ser respondida.

**O Sra. Presidente:** - Sim, admito até que seja mais uma questão retórica. Então Sra. Vereadora.

**O Sr. Presidente:** - Ó Sra. Vereadora, já fica esgotado o tema.

**A Sra. Vereadora Maria da Conceição Zagalo:** - Muito Boa tarde Sr. Presidente. Eu admito que, como é um recém-chegado não tenho ainda a noção de como funciona o universo Municipal de cultura que é, de facto, MUITÍSSIMO grande, para além dos 350 trabalhadores que temos na EGEAC, temos outros 350 na Direção Municipal de Cultura e a siga a cultura continua com as Bibliotecas, com o Arquivo Municipal, são duas áreas muito grandes, Departamento Património Cultural e eu vou deixar para Janeiro uma apresentação Global do que é que é porque quero trazer um plano de ação cultural para o mandato, na sequência de outros trabalhos que fizemos no mandato transato mas, vou-vos já mandar também um documento que fizemos do balanço do mandato anterior em que, explica precisamente o que é que o Peloro da cultura faz e que é que faz o quê e ficaram com a perfeita consciência que não há duplicação de tarefas nem de serviços, só para simplificar e.

**O Sr. Presidente:** - Não, não ó Sra. Vereadora. Nós já temos esta dinâmica.

**A Sra. Vereadora Maria da Conceição Zagalo:** - Aqui esta questão do PCP, que é outra questão que eu também não vou responder aqui.

**O Sr. Presidente:** - Sr. Vereador Nuno Rocha, é pá, nem imagina a caixa que abriu, abriu uma caixa hoje, não saímos daqui hoje.

**O Sr. Vereador Nuno Rocha:** - Se me permite. Muito obrigado, eu realmente sou recém-chegado e agradeço o acolhimento. No entanto sou lisboeta há 49 anos e sigo com muita atenção Lisboa na rua, aqui no facebook e, sigo também com muita atenção agenda LX, daí que depare-me, efetivamente, com sobreposição, em termos de organização do conjunto de eventos de animação cultural, que são importantíssimos na nossa cidade, mas efetivamente, há algumas questões que porventura podiam ser afinadas entre estas 2 entidades, uma da da Câmara outra, de uma empresa Municipal obrigado.

**O Sr. Presidente:** - Muito bem. Sr. Vereador Carlos Moura. Eu sei que isso vai surgir na votação a seguir, mas.

**O Sr. Vereador Carlos Moura:** - É exatamente essa a questão, é porque, de facto, este modelo de debate leva a que, algumas coisas, como não são questões técnicas, são questões políticas, acabem por saltar para a discussões em geral que, vai ter muita coisa ainda que falar, mas, precisamente por isso é que não coloquei estas questões agora, só para que não pense que depois que deixei esgotar o tema, porque seguramente está muito longe de estar esgotada, obrigado.

**O Sr. Presidente:** - Nem deixaremos que, mutuamente que ele se esgote, temos nos vários orçamentos para o discutir. Srs. Vereadores, muito obrigado. Àh, gostava só de dizer coisa relativamente à questão do Natal. Eu acho que a apreciação que a Vereadora Teresa Leal Coelho fez, tem pertinência. Acho que temos que encontrar é uma formulação de não acabar com o Natal, com a designação do Natal, mas acho que temos que encontrar uma formulação, de também de valorização do, aliás, no sentido do que temos feito, não é? Do ponto de vista prático na própria denominação de poder utilizar várias denominações ou pelo menos inserir esta linha, não a retirando, quer dizer, não ter uma formação genérica que verdadeiramente que ninguém perceba o que é que está a acontecer nas celebrações de Natal, mas também que face à valorização simbólica das questões da interculturalidade que hoje tanto nos marcam como cidade. E, por isso, eu peço aí aos criativos que desenhem uma solução que nos possa transmitir estas duas ideias, obviamente, o Natal é o Natal, as outras celebrações são outras celebrações que têm o seu espaço e o seu momento que nós devemos valorizar do ponto de vista simbólico também nos nossos planos, os nossos documentos e na nossa ação, até porque já o estamos a fazer na prática. Está bem?

Sra. Presidente, Sra. Administradora muito obrigado, até já.

Srs. Vereadores, temos terminado este período de audição das empresas e por isso que eu iria abrir neste momento, se não me falta nada relativamente a esta matéria, o que vamos abrir então é um debate geral político, relativamente a todo este conjunto de propostas que vão desde as questões dos impostos, à questão do Regimento de Taxas, à questão do Orçamento e aos Planos das próprias Empresas, e estão abertas as inscrições, eu tenho já aqui o registo da Vereadora Assunção Cristas.

**A Sr.ª Vereadora Assunção Cristas:** - Sr. Presidente, muito obrigada...

**O Sr. Presidente:** - Eu peço só desculpa de uma coisa, pedia era só que já fizesse referência e menção às propostas do CDS nas várias áreas, para tentarmos depois haver respostas globais.

**A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Assunção Cristas:** - Sim, eu referirei todas, porque os restantes Vereadores do CDS também pedirão o uso da palavra, desde já de seguida o Sr. Vereador, creio que já tinha feito sinal também, e depois os Vereadores Miguel Moreira Silva e Conceição Zagalo também poderão usar da palavra.

Não sei se o Sr. Presidente prefere que o façamos de seguida ou de forma a intercalada, com os demais Vereadores, eu não queria monopolizar de maneira nenhuma aqui este debate, mas queria de facto dividir entre nós os vários temas.

**O Sr. Presidente:** - Sr.<sup>a</sup> Vereadora, se me permite só, quer dizer, eu gostava também de vos ouvir sobre isto na condução dos trabalhos, eu acho que havia vantagem das várias Bancadas terem um pronunciamento sobre as várias matérias em conjunto e depois votávamos, não é, porque senão vamos andar aqui a rebater argumentos parcialmente e esticamo-nos todos no tempo, por isso, se a Sr.<sup>a</sup> Vereadora achar, o CDS tem a palavra, eu daria a palavra depois aos restantes Vereadores sobre as várias matérias, depois nós falaríamos também, sem prejuízo de uma 2.<sup>a</sup> ronda de esclarecimento, mas já vos pedida depois ai muita síntese.  
Sr.<sup>a</sup> Vereadora, por favor.

**A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Assunção Cristas:** - Muito obrigada, Sr. Presidente, então pediria que nós fizéssemos a intervenção por esta ordem.

Uma abordagem, uma primeira leitura muito genérica do Orçamento, leva-nos a reafirmar aquilo que de resto CDS também já tinha referido no ano passado, que é constatar um aumento de Receita, um aumento de Receita que de facto vem de algum lado, vem do bolso dos particulares e do bolso das empresas, de uma maneira ou de outra, direta ou indiretamente, e que este ano nós entendemos que estamos em condições particularmente favoráveis, mesmo olhando para o aumento da Receita com impostos diretos, taxas e multas em praticamente 90 milhões, fazendo a dedução daquilo que foi a diminuição de Receitas de Capital, dá um acréscimo líquido de 58 milhões de euros, entendemos que estamos em condições de acomodar algumas propostas de alívio fiscal e de melhoria de rendimento para os lisboetas.

Como seria de esperar, nós apresentámos oportunamente, foi agora agendada a extinção da Taxa de Proteção Civil, por todas as razões, consideramos que é

inoportuna politicamente, que não é necessária, que é inconstitucional, e no caso, havendo este acréscimo de Receita, não é difícil acomodar a redução de 22 milhões de euros, que significa a extinção da Taxa da Proteção Civil, e esperamos que possa ser aprovada hoje, nesta Câmara, como de resto outros Partidos tem propostas semelhantes.

Entendemos também que é possível, embora sabendo que Lisboa já está numa posição cimeira na Área Metropolitana, comparando com outros Municípios do País, há outros que devolvem mais IRS, e entendemos que devemos fazer um caminho progressivo, no sentido de ir aumentando a devolução de IRS aos municípios, às famílias, e por isso propomos gradualmente este ano, passar de uma devolução de 2,5 para uma devolução de 3 por cento em matéria de IRS; entendemos também na área das Empresas, que há que fazer ajustamentos em matéria de Derrama, mas sobre isso o Sr. Vereador Nuno Rocha Correia falará.

Do lado da Despesa, também ainda uma abordagem muito genérica. Eu devo dizer que fiquei um pouco surpreendida por não ter ressaltado a grande prioridade da habitação, ouvi a durante a Campanha Eleitoral ser várias vezes sinalizada como sendo a grande prioridade do Partido Socialista, e eu estava à espera que isso fosse absolutamente evidente a na tradução orçamental desta matérias.

E portanto quando olho, o resumo do Orçamento das Despesas por classificação funcional e vemos que a habitação corresponde a 59 milhões de euros, aqui já incluindo as várias dimensões, mas se quisermos juntar a parte da Gebalis em termos líquidos, portanto, deduzindo a parte de subsídio da Câmara estamos a falar de 79 milhões, e se quisermos comparar, por exemplo, com uma áreas que acabou aqui de ser referida e que o CDS valoriza muito, que área da Cultura, e estamos a falar de um total de 57 milhões, mais, juntando a EGEAC, 76 milhões, há uma diferença de 3 milhões entre uma área e outras, o mar e outra, e é um bocadinho estranho, não digo que a cultura esteja de mais, e sobretudo, não corresponde àquilo que foi dito em sede de Campanha Eleitoral de um pouco por todas as forças políticas.

O CDS defende que este aumento de Receita deva ser repartido, por um lado com uma redução do esforço fiscal dos munícipes, e portanto, diminuição da Taxa ou devolução superior do IRS e eliminação da Taxa de Proteção Civil e o remanescente deve ser alocado, por exemplo, para o reforço das Políticas de Habitação e ao reforço também da Higiene Urbana, reparem que o valor alocado para a Renda Acessível, são os tais 8 milhões de euros, é 1% de todo o Orçamento do orçamento, parece pouco; os 36 milhões de Habitação Municipal também parecem pouco, e eu gostaria de sinalizar essa parte de forma muito significativa.

Ao nível das Grandes Opções do Plano, também a 3 ou 4 referências genéricas. Primeira, aspetos que sinalizamos como positivos, a referência clara à expansão do Metropolitano de Lisboa, não só para a Zona Ocidental, mas também já referência à necessidade de se trabalhar para uma extensão futura noutras áreas, como sabem, essa é uma matéria que nós reportamos da maior importância e achamos importante que venha aqui refletido, e certamente aqui e junto do Governo, trabalharemos nesse sentido.

Também entendemos com positiva, as referências à Economia do Mar, entendemos, como é sabido, que esta é uma área relevante para o desenvolvimento da cidade, o CDS tem um pensamento claro a nível nacional e a nível da cidade de Lisboa sobre esta matéria, e precisamente uma das propostas que apresentamos vai nesse sentido.

Também vemos com bons olhos, por exemplo, a referência à Feira Popular como uma grande atração turística da Cidade, recorro que nem sempre terá sido entendida dessa maneira, eu espero que a visão possa evoluir também, para podemos ter aqui uma oportunidade de criar uma feira temática que tenha a ver com a identidade, com a história e com o futuro da cidade de Lisboa.

Noto também a referência ao reforço da Iluminação Pública, mas também queria dizer que na nossa perspetiva há uma carência muito assimétrica nesta área, o texto na página 27 refere-se às zonas mais desprotegidas, certamente que são muitíssimo importantes, mas em zonas que não são mais desprotegidas e penso, por exemplo, na AV da República, temos uma iluminação muito deficiente, a Iluminação Pública, eu acho que é um tema relevante para a nossa Cidade de uma forma até bastante transversal.

Como pontos negativos, eu queria sinalizar a ausência de um Plano relativamente ao aumento da vídeo proteção em zonas críticas, e até estranho pouco, porque ainda a semana passada ou há semanas, o Sr. Presidente acompanhou o CDS nessa matéria.

Realço como aspeto negativo e aliás tenho dúvidas que seja conforme à Constituição e ao Princípio da Igualdade, a opção feita, enfim, em negociação com o Bloco de Esquerda, certamente, da gratuitidade dos manuais escolares para o 2.º e 3.º ciclos, excluir os alunos que não estejam em Escola Pública, aqui o critério deverá ser, na nossa perspetiva, um critério de recursos financeiros, independentemente de saber onde é que as crianças estão matriculadas.

Poderão dizer, se as crianças estão matriculados numa Escola Privada e se pagam uma Escola Privada não entra os critérios de carência financeira, admito que sim, mas isso tem que ser claro, objetivo e não pode ser o critério tal e qual como vem desenhado, e eu acho que ficaria bem a Câmara fazer esta correção, olho em

particular para o Sr. Vereador Ricardo Robles, porque além do mais, acho que viola a Constituição e o Princípio da Igualdade.

Dizer-vos que em vários pontos há algumas imprecisões, eu não os posso salientar todos, se não saímos daqui, mas refiro, por exemplo, o Ponto 3 da Página 29, onde se fala de concluir o processo de organização territorial do Regime de Sapadores Bombeiros, enfim, não sei bem se é concluir se é mais iniciar, a verdade é que pouco daquilo que foi prometido, foi efetivamente feito nos anos transatos.

Noto também vários aspetos relacionados com o Governo e assinalei, porque esse é um tema que me interessa particularmente, não sendo da competência da Câmara, noto que a Câmara tem a vontade de desenvolver ação junto do Governo, a para desenvolver um conjunto de temas, dos Transportes à Educação ou à Saúde, só para citar alguns, e o que lhe posso dizer, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, é que da nossa parte ter-me-ão aqui muito presente aqui no Parlamento para fazer essa defesa.

Porém fico um bocadinho perplexa quando vejo alguns temas, por exemplo, Residências Universitárias, e lembro o voto do Bloco de Esquerda no Orçamento de Estado, que impediu que as Universidades, nomeadamente a Universidade de Lisboa, que tem projetos claros para construção de Residências Universitárias, não tenha conseguido obter um regime de flexibilização necessária para a poder a levar por diante o seu trabalho, portanto, facilitando a venda do património e a locação na aplicação de Residências Universitárias, portanto eu estarei particularmente atenta à dualidade de critérios aqui para aí e no Parlamento, das várias Forças Políticas.

Para terminar, queria fazer 2 perguntas. Uma sobre os ajustamentos no Programa de Renda Acessível e de que forma é que se relacionam com o Programa “Reabilita primeiro, paga depois”? Aparece na Página 9, o Ponto 4, dizendo que prédios destinados ao “Reabilita primeiro, paga depois” serão direcionados para o Programa de Renda Acessível.

Também há aquela referência dos 30% que seriam, que teriam um esforço financeiro privado que agora deixaram de ter. Queria saber como é que este ajustamento será feito? E se o “Reabilita primeiro, paga depois” vai terminar ou se vai ficar circunscrito apenas, como parece sugerir Ponto 10, aos casos de Arrendamento de Longa Duração de Valor Acessível, e portanto a um outro regime? E portanto queria perceber exatamente como é que vai ser feito o financiamento do novo programa da Renda Acessível e a interligação com o “Reabilita primeiro, paga depois”?

Queria por fim, também, deixar uma pergunta sobre a criação de Serviços Municipalizados de Higiene Urbana, referidos na Página 24, saber para quando é que será essa dita criação que certamente terá a vantagens? Muito obrigada.

**O Sr. Presidente:** - Muito obrigado, Sr. Vereadora. Sr. Vereador, por favor, eu apelava ao poder de síntese de todos.

**O Sr. Vereador João Paulo Saraiva:** - Muito obrigado, Sr. Presidente. O Orçamento da Câmara para 2018 é apresentado num momento economicamente excecional, quer no contexto mundial, quer no contexto europeu, mas também para a realidade de Portugal e em Lisboa, em particular.

Pela 1.<sup>a</sup> vez em muitos anos, nós assistimos a um crescimento sincronizado das várias economias por esse mundo fora, resultado das políticas monetárias dos bancos centrais; a par deste crescimento económico mundial, Portugal também apresenta taxas de crescimento do seu PIB interessantes, que terão com certeza, consequências ao nível das Receitas que as próprias empresas com sede em Lisboa irão ter, e aqui também de focar, que o crescimento económico hoje verificado é muito assente numa oferta quase ilimitada de dinheiro a Taxas próximas de 0, oferta por parte dos bancos centrais e tem por consequência um elevado endividamento do Estado, das empresas e das famílias.

Devo também aqui salientar que este, todo este enquadramento macroeconómico e dos bancos centrais poderá ter já uma alteração gradual a partido do 2.<sup>o</sup> semestre de 2018, com a retirada dos estímulos e a subida de algumas taxas de juro, com esta configuração de fatores positivos, Lisboa acaba por sair triplamente beneficiada, uma vez que o crescimento económico em Portugal, com reflexo em melhores resultados das empresas com sede em Lisboa, irá impulsionar de uma forma significativa os Impostos e Taxas cobradas pela Câmara Municipal de Lisboa. O atual crescimento económico global traduz-se também num aumento expressivo dos fluxos turísticos, isto é, uma das cidades, isto faz com que Lisboa se torne uma das cidades a beneficiar mais deste mesmo fluxo, com impacto impactos muito positivos na Taxa Turística e nos resultados das empresas ligadas a este setor de atividade.

Por fim, o *boom* imobiliário que estamos a assistir nos centros urbanos, com elevada expressão em Lisboa, vai-se traduzir, com certeza, num recorde de transações imobiliárias e numa forte valorização dos imóveis, quer para habitação, comércio e serviços, com um reflexo num aumento muito significativo dos Impostos associados, como o IMT e IMI.

Assim, o Orçamento agora apresentado incorpora um volume considerável de Receitas, com especial destaque para o aumento de 87 milhões de euros em Impostos e Taxas, as quais, sendo algumas delas conjunturais e portanto voláteis e não recorrentes, não deveriam ser utilizadas para assumir responsabilidades

estruturais futuras e muito menos para aumentar a Despesa Corrente, mas sim para amortizar Dívida, alguma dela com taxas de juro ainda perto dos 4%.

Iremos apresentar de seguida, uma Proposta de alteração à Derrama por 2 razões fundamentais. A 1.<sup>a</sup> é porque acreditamos que Lisboa deve criar condições para ter uma economia que não esteja unicamente dependente do turismo; e a 2.<sup>a</sup> é porque acreditamos que a Câmara Municipal de Lisboa deve atrair mais empresas à cidade de Lisboa e com isso contribuir para uma diversidade das atividades económicas da Cidade, uma maior empregabilidade dos jovens formados nas Escolas e Universidades de Lisboa e transformar Lisboa num polo central de Economia do mar. Muito obrigado.

**O Sr. Presidente:** - Muito obrigado, Sr. Vereador. Ah, peço desculpa, Sr. Vereador Miguel Moreira da Silva.

**O Sr. Vereador João Paulo Saraiva:** - Peço desculpa, só para concretizar no que diz respeito à Derrama, a Proposta irá ser no sentido de alargar a isenção da Derrama às microempresas Sede em Lisboa, e também de alargar a todas as empresas e com um volume de negócios inferior a 50 milhões de euros, que estão relacionadas com as atividades da Economia do Mar; para além de, no Ponto 3, alterar a isenção da Derrama de 3 anos para 4 anos, e para as empresas que se estabeleçam no período do Mandato agora em vigor, de 2018 a 2021 e 10 postos de trabalhos.

E portanto, nesta questão, estas empresas que tenham no mínimo 10 postos de trabalho, porque as outras abaixo de 10 postos de trabalho, já são consideradas microempresas. Muito obrigado.

**O Sr. Presidente:** - Muito obrigado, Sr. Vereador.

**O Sr. Vereador Miguel Moreira:** - Sr. Presidente, muito rapidamente, porque que tenho para apresentar 3 propostas de alteração, uma sobre o Orçamento Municipal de Câmara; outra sobre a EMEL e outra sobre a Carris.

Em 1.<sup>o</sup> lugar, relativamente ao Orçamento, e eu que não tenho histórico na Administração Local, nem Central, vejo estes números do orçamento como muito impressionantes, há poucas empresas em Portugal com um orçamento tão elevado como a Câmara de Lisboa, por isso é de facto de um montante impressionante, não quer dizer que seja alto, que seja baixo, mas é muito impressionante, e por isso esta

discussão é muito útil e deve ser o mais transparente e mais detalhada possível, porque o escrutínio é bom para a democracia.

Feito este introito, dizer que nós temos uma proposta de alteração do Orçamento, para prever um mecanismo que nós chamamos de Bolsa Verde, mas o *branding* pode ser entregue aos criativos, como disse o Sr. Presidente, que têm que tem como objetivo criar um grupo de trabalho desde logo, para que se estude um mecanismo, uma lógica para bonificação dos desempenhos e eficientes, do ponto de vista do consumo de energia elétrica, gás natural e água.

Aqui está em aberto, naturalmente em aberto, a Arquitetura desta Bolsa Verde, de que forma é que será feita a bonificação daqueles consumidores que atingirem uma meta de desempenho anual, diria que este grupo de trabalho poderia estudar esta lógica de *cast and trade*, aquilo que se que se chama muitas vezes *cast and trade*, há um teto e depois consegue-se a bonificação em função do desempenho.

E por outro lado, esta a lógica de, este mecanismo de bonificação dos alojamentos das Residências mais eficientes, e quando eficientes, não é passivamente, uma Residência que tenha equipamentos mais eficientes, o que eu digo é eficiência ativa, em que há alteração de comportamentos, há redução de consumos, não devido aos equipamentos, mas devido à alteração dos perfis de consumo de água, gás e eletricidade.

E para isso precisamos, naturalmente, de num conjunto de dados, e daí o Ponto n.º 2 desta Proposta, visa o estabelecimento de um processo de colaboração com os Operadores de Redes, eletricidade, gás natural e águas, para se arranjar um sistema de recolha, armazenamento desses registos de consumo o mais detalhados possível, na eletricidade e no gás será possível um perfil horário, na água será mais difícil, mas eu diria que esse desafio a Câmara podia fazer aos Operadores, tendo como objetivo final a disponibilização desta informação aos cidadãos, mais do que consumidores e clientes, são cidadãos, e nós temos uma visão muito particular sobre este aspeto, nós consideramos que o cidadão deve ser o elemento central nestes temas de energias sustentáveis e de abastecimento de água.

Relativamente à Carris, temos uma Proposta, e eu vou saltar as considerações iniciais, apenas reter que nos preocupa, tal como preocupa à Câmara Municipal e à administração da Carris, a tendência de redução da procura sistemática de elétricos e de autocarros, a diminuição da taxa de ocupação destes veículos, a taxa de avarias que está a aumentar. Isto não é num limite de tempo, pois não? E por fim, a velocidade média de exploração, e portanto nós temos que, Câmara, Carris, temos de arranjar uma forma de modernizar os Serviços da Empresa para se tornar mais atrativa, comercialmente, ou proporcionar uma experiência de viagem mais interessante e para que no final haja mais procura.

Nesse sentido, nós apresentamos Propostas, que eu diria que não são alternativas àquilo que está consubstanciado na Carris, poderão ser vistas como complementares, um bocadinho diferentes, mas podemos entrar neste detalhe de *shari picking* de cada uma das Propostas, a criação de um Centro de Operação em tempo real de Transportes Coletivos, em que se faz o casamento entre a oferta e a procura, não vi isso lá escrito, e é fundamental para a modernização dos Serviços da Carris, não só a Carris, mas já agora seria interessante que o Metro também estivesse nisso, a prestação de informação em tempo real aos clientes, seja através de SMS, seja através de aplicações no *smartphone*, seria muito importante.

Eu se calhar leio melhor hebraico ou aramaico, do que português, porque eu não vi lá nada disto, vou ter isso em conta, deve ser isso, vou gostar dessa observação do Sr. Presidente, que é de uma cortesia elementar, minha, oh Sr. Presidente, acho que devemos criar aqui um clima de colaboração e não de fricção, eu não tenho aqui nenhum "*qui pro quo*" nem com a Câmara Municipal, nem com o Sr. Presidente, por isso, aquilo que eu exijo é respeito perante Propostas que estou aqui a apresentar.

**O Sr. Presidente:** - Sr. Vereador, eu peço imensa desculpa, o comentário foi seu, não foi só o comentário, foi depois dizer, eu não interpreto muito bem, devo falar melhor em hebraico, o comentário foi seu, por isso, a única resposta é a resposta ao seu comentário nesse seu tom.

Porque eu simplesmente me limitei a precisar, é que todas as matérias que o Sr. Vereador está a falar, estão inscritas no Plano, e além de poder a valorizar a concordância, está a querer e que está a fazer uma afirmação em tom de arrogância que nunca utilizei aqui consigo, embora aliás o Sr. Vereador por mais do que uma vez o merecesse, o que eu estou a dizer, é que tudo o que está a dizer na sua Proposta está incluído no Plano de Atividades da Carris.

**O Sr. Vereador Miguel Moreira:** - Sr. Presidente de estar a ter um mau dia, por isso eu vou fingir que não ouvi o que o Sr. Presidente disse.

3.º Ponto...

**O Sr. Presidente:** - Deve fingir que o ouviu, deve aceitar que o ouviu e se quiser mando-lhe a ata do que disse.

**O Sr. Vereador Miguel Moreira:** - Faça favor de colocar em Ata o que eu disse e o que o Sr. Presidente disse.

Ponto n.º 3, diversificação e descarbonização da Frota da Carris. Não sei se o Sr. Presidente sabe o que é que a diversificação, a diversificação é ter diferentes veículos, tamanho, capacidade, em função das exigências; temos autocarros gigantes a fazerem circuitos que tem pouca procura, nós, aquilo que queremos, é ter autocarros mais pequenos para circuitos com menos procura, e isso não estava no Plano da Carris, criar uma faixa exclusiva para autocarros elétricos com uma experiência semelhante ao elétrico, não estava no Programa, Investimento na modernização dos ativos da Carris, baixando a idade média dos ativos, sim senhor, isso estava, mas não de forma tão vincada.

Ponto n.º 5, criar uma linha ou avaliar técnica e economicamente a criação de uma linha de elétrico rápido na 1.ª circular, não estava no Plano; modernização dos sistemas de bilhética nos transportes, é o último Ponto.

Dito isto, passo à EMEL. E eu gostaria que depois o Sr. Vereador Miguel Gaspar pudesse fazer a despesa das respostas que há pouco me prometeu, e se precisar que eu volte a repetir, esteja à vontade para...

Relativamente à EMEL e tomando como bom o exercício de estimativa das Receitas Operacionais para 2018, vamos ter de receitas muito, muito elevadas, e aquilo que nós defendemos é que se deve criar um regime de exceção para os lisboetas, para quem reside em Lisboa, propondo aqui 2 Pontos para votação.

1.º Ponto, a atribuição de uma 2.ª zona de estacionamento, à escolha naturalmente do cidadão, este Ponto um dia estará resolvido, quando tivermos um efetivo Sistema de Transporte Coletivo Intermodal, que não existe hoje, portanto, naturalmente que quando isso existir, esta 2.ª zona de estacionamento não será necessária, porque os lisboetas poderão utilizar esse sistema efetivo e flexível transportes coletivos.

E o 2.º Ponto, tem que ver com a gratuidade nos primeiros 20 minutos de estacionamento por dia, e 50% descontos nos restantes períodos, em qualquer zona da cidade, ao abrigo, naturalmente, do dístico de residente, nós fizemos as contas, isto é perfeitamente, abrangível no orçamento da Carris.

**O Sr. Presidente:** - Muito obrigado, Sra. Vereadora Conceição Zagalo.

**A Sra. Vereadora Conceição Zagalo:** - Muito Obrigada Sr. Presidente.

Um ponto prévio, eu venho de empresas e, portanto, o objetivo das questões que vou colocar têm a ver com o eixo e à ideia de plano, tem a ver com a otimização de processos, e não necessariamente com diminuição inconstante, dito isto, e da leitura do plano que encerra um bom conjunto de boas e sublinho, e louváveis intenções, mas que no que realmente mais tem a ver com a vida das pessoas, e o estado da sua habitação, e condições de vida, e até de segurança, e salubridade há

aqui questões que estão um pouco mais omissas, na página 19 do plano de atividades da Gebalis, para o ano que se vai iniciar, no capítulo da manutenção do parque habitacional, é escassa a informação sobre o que vai acontecer no ano 2018. A pergunta vai pois para, se do conjunto de intervenções previstas no quadro apresentado, quais são efetivamente as que dizem respeito a 2018, ano a que respeita o plano.

E que compromisso é a grande questão, uma vez mais na ótica da otimização, e não de diminuição, que o compromisso assume a Câmara Municipal de Lisboa perante os moradores de cada um dos bairros em causa, nesta rubrica. Depois, já noutro capítulo, ou no mesmo capítulo, noutra alínea, ficamos a saber que de alguns imprevistos na proposta 67, de alguns imprevistos em 2017, e que será ónus culpatório do Tribunal de Contas, e de alguns empreiteiros. imprevistos esses tiveram impactos importantes na execução financeira do plano 2015/2017, a resposta da Câmara a este atraso, nas intervenções, leia-se na vida das pessoas é estender o prazo, e mudar os nomes, mudar a nomenclatura, o CDS chamou a determinada altura, no tempo, a atenção para o estado destes bairros, já hoje aqui referimos a forma como consideramos que pode e devem ser trabalhados e, portanto, a pergunta é; o que é que foi feito, e não feito em 2015 e 2016, e se, como afirma a proposta, o atraso reporta alguns imprevistos, durante o ano 2017, então porque estender para 2020?

Quem garante que em 2019 não estamos a mudar outra vez a nomenclatura para 2015/2025, por outro lado, e eu peço que não me levem a mal, estamos na era da digitalização, já hoje falamos aqui em pilares de sustentabilidade, designadamente os económicos e ambientais, mas nós recebemos boletins da Gebalis em papel de tiragens 24 mil exemplares, enfim, há tanta forma de fazer isto de outra maneira, e talvez até investir este dinheiro em obra que possa que possa ter um resultado mais consequente.

Duas últimas questões, no eixo B do plano, e que têm a ver, tem a ver com as grandes opções do plano, na página 33 falamos em desperdício alimentar, é referido o crescimento faseado, e sustentável da rede combate ao desperdício alimentar. Esta é uma realidade que já existe, nós sabemos-lo, que foi uma iniciativa do CDS, apoiada pela Maioria, do P S, e sabemos que é uma iniciativa reconhecida, louvada pela ONU, pelo Sr. Presidente da República, pelo Sr. Primeiro-Ministro, o que significa nesse contexto expansão sustentável, e já agora, pronto, poderíamos considerar este plano numa ótica uma vez mais, positiva, poderia ter feito uma referência ao trabalho já executado, e do nosso ponto de vista, sustentável.

Uma última grande questão, ou uma última questão tem a ver com o ainda era o eixo B, com o UITI, a Universidade Internacional de terceira idade, sabemos que ela

está referida na página 37.13, os trabalhos, seria suposto já estarem em curso, a universidade que está a transitoriamente transferida para outra instalação, seria suposto já estar nas iniciais instalações com a construção já feita, portanto, a reconstrução já feita digo eu, portanto, sabemos que esta universidade tem um impacto grande no combate do hidatismo, tem um fomento grande nos temas do envelhecimento ativo e, portanto, para quando a grande questão, o regresso às instalações iniciais na Rua das Flores.

Muito obrigada Sr. Presidente, Srs. Vereadores.

**O Sr. Presidente:** - Muito obrigado.

Passo agora a palavra aos Vereadores do PCP, o Vereador Carlos Moura.

**O Sr. Vereador Carlos Moura:** - Obrigado Sr. Presidente.

Eu não iria alongar-me muito também por a reunião já estar muito extensa, mas procuraria abordar, ainda assim, todas as questões que aqui nos foram presentes.

Começaria imediatamente por falar no orçamento, e aqui digo-lhe Sr. Presidente, estou quase como aquelas outras situações, tenho boas notícias para si, e más notícias.

Começaria talvez pelas boas, em que há obviamente questões neste orçamento, e relativamente a isso também ao plano de atividades, em que nos revemos e a que achamos que foi feito um esforço muito grande, até de vir ao encontro de algumas das nossas preocupações, nomeadamente questões de na habitação, da proposta de cooperação com instituições para que se colocassem no mercado imobiliário de arrendamento, a preços acessíveis, propostas de regulação do alojamento local, propostas dos parques dissuasores que foi uma das nossas, dos nossos grandes cavalos de batalha, a continuação do plano geral de drenagem com o qual, obviamente, nós nos preocupamos, e também viemos chamando à atenção, a revitalização do comércio tradicional, entre outras, contudo, existem também situações em que nós não nos revemos, nomeadamente aquelas que entendemos que o município não deveria aceitar responsabilidades que nós entendemos que não devem ser municipais, e que são do Estado, nomeadamente a aceitação do imobiliário, e do IRU, a garantia dos manuais escolares, da Câmara, da capital do município da capital, que entendemos que deve ser uma situação Nacional, e não limitada ao nosso município, e portanto entendermos que que que não deveria ser esse o caminho a ser assumido, pese embora a questão da gratuitidade dos manuais escolares, seja para nós muito importante, a questão do nosso ponto de vista, existir uma mercantilização das políticas de, culturais e desportivas que, aliás, penso que é muito claro, depois na apresentação que aqui nos foi presente, por

parte da EGEAC, toda a questão que diz respeito à expansão do Metropolitano, uma vez que não há uma rejeição clara da questão da linha circular, quando nós entendemos que não obstante haver a expansão para a zona oriental, como perspectiva, neste plano de atividades, ainda assim deveria haver uma rejeição clara desta medida, e finalmente não haver qualquer indicação que nos seja presente sobre outros modos de transporte, nomeadamente o modo de transporte fluvial, que é extremamente importante para a cidade de Lisboa.

Vemos também de um ponto de vista muito positivo, as questões relativas ao mapa de pessoal, vemos pela primeira vez em anos, o mapa de pessoal aumenta o número de postos de trabalho, na Câmara Municipal de Lisboa, que entendemos muito positivo e, portanto, também daí entendemos que há uma valorização, em termos do respeito pelos trabalhadores, e pelo direito do trabalho que para nós é, analisamos de um ponto de vista positivo.

Em relação às empresas municipais, não haja depois do que disse, muito mais coisa a dizer, obviamente, que, do ponto de vista da Carris existem situações em que nos revemos completamente, em que muitas delas também foram propostas que nós defendemos durante muito tempo, relativamente aos tarifários, aliás, entendemos que deve haver um regresso aos tarifários anteriores aos brutais aumentos, que se verificaram durante os governos do PSD e CDS/PP, entendemos, obviamente, como positivas, os descontos que existem para a terceira idade, e que saudámos em devido tempo, entendemos como muito positivas, a contratação de novos motoristas e guarda freios, que dizemos também que já deveriam ter ocorrido há mais tempo, mas antes tarde do que nunca e, portanto, também aí fazemos uma visão positiva. Entendemos contudo, quanto à questão do passe social intermodal alargada à área Metropolitana de Lisboa, era necessário investir claramente nessa direção, e a não manter de alguma forma, uma situação um pouco tibia em relação a esta proposta, aliás, proposta que o PCP inclusive defendeu no Parlamento.

Entendemos contudo, também que existem situações que necessitam ser verificadas com o maior cuidado, mantemos as nossas críticas à rede de bairros, e que podem ser, obviamente, revisitados e revistas em relação à situação, aliás, entendemos que a oferta geral decresceu, apesar de ter havido esta criação das redes de bairro, entendemos, por exemplo que o alargamento da linha do elétrico 15, não pode parecer uma preparação para o abandono do meio ferroviário, ou mesmo a desvalorização do Metropolitano, em relação a este eixo, e portanto, são situações que nos levantam preocupações, e que não deixaremos de analisar com o devido cuidado, embora, obviamente, entendamos que há uma melhoria clara na maneira como esta matéria é analisada.

Em relação à Sociedade de Reabilitação Urbana, obviamente que aqui há aquela situação de se dizer que evidentemente, que o espaço público ficou recuperado, ficou mais agradável, que há recuperação e requalificação de alguns edifícios, no entanto, continuamos a fazer-nos uma pergunta, e era bom que um estudo fosse feito sobre isto, em que medida é que, de facto, isto veio a favorecer a população da cidade de Lisboa. Estes edifícios foram realmente colocados no arrendamento a preços acessíveis, para as populações, ou acabaram por vir verificar-se ser pelo maior preço possível e, portanto, refletindo um valor de mercado, alterando muito claramente as populações, e o perfil de população de determinadas zonas, e neste caso, estamos a falar da Ajuda, e também sobre a forma como depois deste espaço público contribui para a sua vivência, e para a sobrevivência das lojas tradicionais, ou bem pelo contrário, acabam trazendo outro tipo de população que não consome nestes estabelecimentos, a SRU não tem nas suas atividades, porque faz o seu próprio licenciamento, qualquer controlo por parte desta Vereação, nós sempre dissemos isso, e entendemos que esse facto vem contribuir exatamente, nesta medida que acabamos de identificar.

Finalmente em relação às empresas quando foram feitas as alterações de estatutos foi dito e equacionada a criação dos conselhos consultivos para as empresas, coisa que não se veio a realizar e, neste momento, de facto, nós não temos qualquer forma de intervir, e de poder, obviamente, ter uma atuação em relação a estas empresas.

Fala-se finalmente na estabilidade financeira deste município, a nível de taxas, nós entendemos que a estabilidade em termos fiscal não pode significar que haja uma imobilidade nesta área, nós temos algumas propostas, inclusivamente sempre foi uma nossa posição crítica em relação à devolução do IRS, e temos uma proposta muito clara nesse sentido, para saber exatamente quem beneficia com a devolução desse IRS, porque a perspetiva que temos é que a maioria da população acaba por nem sequer receber qualquer a devolução deste IRS, por não chegar a determinados valores, acaba por ser sempre a população que já é a mais favorecida, a ganhar com isto em lugar destes fundos serem aplicados para o benefício comum e, portanto, não propomos o fim desta devolução, mas propomos naquilo que estamos a fazer, precisamente que se estude esta situação, e que se possa determinar com clareza aquilo que está a acontecer.

Em termos da derrama nós temos uma visão um pouco diferente, da visão que nos é apresentada, achamos inclusivamente que as receitas que têm vindo a ser arrecadadas pelo município de Lisboa, que têm aumentado de uma forma estável ao longo destes anos, permitem encarar a derrama de uma outra forma, nomeadamente isentando o pequeno comércio, em valores até um milhão e 200 mil

euros do seu volume de negócios e, portanto, este é um valor que estatisticamente é, em média e, portanto, um valor até este 1 milhão e 200 mil euros, ia permitir alcançar, sem grandes prejuízos, um maior número de comerciantes de retalho, e da restauração, pensamos também que, do nosso ponto de vista, devem ser, não isentadas as empresas que aqui se instalem, mas as empresas que sejam, de facto, criadas, as micro empresas, que sejam, de facto, criadas neste município, nós pensamos que o município de Lisboa e a sua saúde a todos os níveis, não só económico e financeiro, mas também a nível de população dependem de uma boa saúde económica também da área Metropolitana e, portanto, não estamos aqui a competir pela localização de novas empresas, mas sim para que sejam criadas novas empresas, que possam dar uma melhoria económica, e de dinamismo económico na cidade de Lisboa, e portanto, não nos revendo na formulação que está, pensamos que devem ser as criadas, com um volume de negócios inferior a 2 milhões de euros.

Finalmente, também em relação a isto, entendemos que as indústrias, as pequenas indústrias transformadoras e de construção, nomeadamente empresas de oficinas, e as empresas artesanais deveriam também ser consagradas nesta derrama, não ficando apenas para o comércio, mas também para estas situações, que muitas das vezes ainda são muito importantes, principalmente nas freguesias mais afastadas do centro da cidade de Lisboa.

Em relação finalmente, à revogação da taxa de IVA de proteção civil, nós sempre dissemos que esta era uma taxa que estava exatamente calculada como uma taxa de conservação de esgotos, entendemos portanto, que era apenas uma mudança de nome, e uma reconfiguração da mesma, que acaba por atingir, de uma forma que consideramos bastante negativa, alguns proprietários da cidade de Lisboa e, portanto, entendemos que esta taxa pura e simplesmente deva ser revogada.

Muito obrigado.

**O Sr. Presidente:** - Muito obrigado.

Sr. vereador, por favor.

**O Sr. Vereador João Peixoto Ferreira:** - Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Vereadores.

Bom, em complemento do que já foi dito aqui pelo Vereador Carlos Moura, só dizer o seguinte, portanto, como já também vimos, nós estamos perante o maior orçamento de que há memória na Câmara Municipal de Lisboa, nem mesmo no ano em que houve o negócio com os terrenos do aeroporto, e com a Parque Expo, permutas essas que permitiram na altura, um acréscimo bastante grande do volume

do orçamento, mas nem aí atingimos o valor que estamos aqui assim a prever, e que considerando o total de verbas atingirá 1.100 milhões de euros, com a verba definida, e com verba a definir.

Perante, isto é conseguido através de um conjunto de receitas, onde inclusivamente está previsto pelo município, um decréscimo na alienação de património, porque digamos que essa alienação não é necessária para atingir o volume de receitas do orçamento, de facto, com este volume, o que nós consideramos agora do ponto de vista estratégico, é que atingindo o município, um volume tão grande de uma verba tão grande de receitas, pode, naturalmente prestar um serviço aos cidadãos, prestar um bom serviço aos lisboetas, nas diferentes áreas e, ao contrário do que já foi dito por um outro Vereador, o acautelar do futuro está exatamente no investimento que o município possa fazer, com as verbas que agora dispõe, em prol da cidade, se nós não conseguirmos investir, se nós não conseguirmos melhorar a cidade no momento em que os fundos existem para tal, então não sei quando é que o conseguiríamos.

Eu julgo que este é um é o momento adequado, aliás, desse ponto de vista, do ponto de vista meramente financeiro, nós consideramos que a Câmara tem caminhado nos caminhos da sustentabilidade e, portanto, desse ponto de vista, julgo que não haverá, neste momento, preocupação de maior.

Ainda quanto às receitas, aliás, como já foi dito também pelo meu camarada, Carlos Moura é evidente que nós temos algumas divergências relativamente a algumas situações, que até poderão, numas situações aumentar a receita, que é o caso de restringir as isenções à derrama, designadamente às empresas que queiram, porque essa questão de se instalar em Lisboa, muitas vezes é meramente o colocarem cá a sede, como sabemos, não é? E, portanto, essa situação da isenção nós estamos contra, a não ser que sejam as empresas, cujo volume de negócios atinjam os dois milhões, aliás, mesmo do ponto de vista económico, a nossa perspectiva não é a da competitividade, a nossa perspectiva é da sustentabilidade, e o que nós queremos é uma cidade sustentável, sob todos os pontos de vista, e uma cidade que sirva os interesses dos seus cidadãos, e muitas vezes quando se vai atrás da mera competitividade, vê-se que isso não tem nenhuma sustentabilidade, e vê-se que depois as situações que a seguir acarretam.

Ainda relativamente ao orçamento, portanto quanto à, depois, às suas vertentes, nós acompanhamos algumas preocupações, que aqui assim, foram ditas, acompanhamos, quer dizer, registo, reforço o que já foi dito pelo Carlos relativamente à inclusão nas grandes opções, de muitas de que foram, digamos, as nossas bandeiras, aquilo que nós achávamos que era importante para o município, e digamos, relativamente às grandes opções, não tenho mais nada a dizer.

Relativamente às empresas municipais, só fazer um enquadramento global que é no que toca à EMEL, no que toca à própria SRU, no que toca a EGEAC, tem havido um alargamento do objeto destas empresas, e esse alargamento do objeto tem feito com que cada vez mais a Vereação possa ter um menor controlo sobre as efetivas atividades, designadamente no âmbito da cultura, no âmbito da mobilidade, do estacionamento, no âmbito da reabilitação, e esse menos controlo, naturalmente, que nos preocupa, porque nós debatemos isto duas vezes no ano, debatemos uma vez quando estamos aqui assim a ver as orientações estratégicas, e os orçamento, e debatemos outra quando nos chegam cá os relatórios da destas entidades, os relatórios anuais.

Depois, no concreto, portanto, o Carlos Moura também já debateu as várias situações que nós aqui assim colocamos, tinha aqui assim algumas notas, nos dada, digamos que dado o adiantado da hora ficava por aqui, só em relação ao orçamento, eu gostava de, por fim, dar aqui uma nota que é o seguinte, já aqui foi dito que para o ano as contas terão que ser apresentadas sob a forma SNS app, não é? Portanto, e essa, de qualquer maneira, independentemente dessa apresentação o que nós verificámos é que este ano, portanto, a área da Câmara incumbida da apresentação dos instrumentos previsionais, alterou claramente, não só os eixos, e alterou a forma de apresentação, e dos números que relativamente ao que tinha sido apresentada em anos anteriores. E isso tirou-nos uma capacidade muito grande de comparação, não só com orçamentos anteriores, como com a realização efetiva, a realização ocorrida também nesses anos. O que nós proponhamos é que houvesse, e aproveitando o facto de se vir a introduzir agora o SNC app que é legalmente obrigatório, de se, independentemente porque, o ASC app o que faz, é uma discriminação de uma série de rubricas, mas é sempre possível depois do ponto de vista da sua aglomeração, que tenhamos, digamos, uma possibilidade de comparação entre as várias matérias, é evidente que quando nós entramos em SNC, o que hoje nós designamos por despesa, não é a mesma coisa que os gastos que vão aparecer, porque hoje a despesa, temos despesa corrente, temos despesa de investimento, depois vamos ter investimento do (?) e vamos ter caixa, etc., portanto há aqui assim uma série de coisas, já hoje não podemos comparar, depois ainda será mais complicado, portanto estou a dizer que ficou aqui, nós deixávamos é que fosse encontrado, digamos, uma matriz que nos permitisse comparar exatamente estas várias vertentes.

Muito obrigado.

**O Sr. Presidente:** - Muito obrigado Sr. Vereador.

Se, não sei, Sra. Vereadora Teresa Leal Coelho.

**A Sra. Vereadora Teresa Leal Coelho:** - Muito obrigada Sr. Presidente.

A minha intervenção será muito rápida, para a apresentação de uma proposta de alteração à proposta 663/2017, relativo ao imposto sobre o Rendimento das pessoas singulares, “considerando que o aumento da receita prevista nos impostos diretos entre 2014/2018 foi na ordem dos 58%, eu julgo que nós estamos em condições de poder desagregar a carga fiscal dos cidadãos em Lisboa, dos lisboetas e, como tal apresentamos uma proposta para alterar o valor percentual da participação variável no IRS, isto é, passar à devolução de 3%, portanto acrescer 0,5 aos 2,5 que já estão, que já são assegurados.

Nesta matéria, eu relembro que, a iniciativa da devolução do IRS em 2013 foi promovida precisamente por Deputados... eu relembro a iniciativa da devolução do IRS em 2013 foi promovida, precisamente, por deputados Municipais do partido social-democrata do um grupo de deputados na Assembleia Municipal e, também que, no programa eleitoral que nós apresentámos neste último ato eleitoral, que defendemos uma devolução progressiva do IRS até aos 5% que a lei permite e portanto, propomos desde já, que se faça já neste exercício orçamental, porque há condições para o fazer, alterar o a devolução para os 3%. Depois relativamente à taxa Municipal de proteção civil, como o Sr. Presidente e os Vereadores que aqui estavam já no anterior mandato sabem, a Vereação do PSD desde o 1º momento considerou esta taxa, como um imposto encapotado, foi essa expressão que utilizou à data da aprovação desta denominada taxa de proteção civil, mas que efetivamente, consideramos que é um imposto encapotado e, por isso mesmo, que, por razões de natureza de avaliação jurídico-constitucional, mas também por razões de natureza política, porque consideramos que os cidadãos em Lisboa estão demasiado onerados com a carga fiscal são, aliás, aqueles que mais pagam relativamente ao resto do país, nós podemos ir para este ou aquele, podemos ir para este ou aquele e dizer que, neste ou naquele a devolução, ou até a taxa aplicável é a mais baixa, mas nós, se somarmos todos os encargos dos cidadãos de Lisboa, verificamos que são os mais pagam no países. Ainda mais que, de acordo com este orçamento, se as nossas propostas não forem aprovadas, isso vai agravar-se para o ano 2019. A revogação da taxa de proteção civil, nós defendemo-la desde o seu início, desde que ela entrou em vigor, continuamos coerentemente a defender a revogação da taxa de proteção civil e, por isso mesmo apresentamos esta proposta, para que se proponha, que se leve esta questão já para o próximo exercício orçamental e, que se leve a aprovação na Assembleia Municipal da revogação da taxa de proteção civil. Por outro lado, porque nós compreendemos que, tem que haver uma preocupação de neutralidade, não obstante nós termos

hoje condições económicas e financeiras na cidade de Lisboa que são favoráveis a desonerar os municípios, nós propomos que, em paralelo à revogação da taxa de proteção civil que simultaneamente se aumente a taxa turística de dormida de um euro para 2 euros. Julgo que vamos ao encontro daquilo que são as necessidades, a vontade dos cidadãos em Lisboa que estão extraordinariamente sobrecarregados, não só com aquilo que é o custo de vida, os custos de contexto na cidade de Lisboa, muitos deles que decorrem de políticas que levam à especulação de preços e designadamente na área do imobiliário, nós sabemos a dificuldade que há de conseguir casas a preços sustentáveis, seja no arrendamento seja na compra e venda e, por isso mesmo devemos começar uma política a adoção de um conjunto de medidas que, vão sucessivamente desonerando os municípios de Lisboa dos respetivos encargos. E, é por isso mesmo que eu faço um apelo a todos os senhores vereadores e as senhoras vereadores, no sentir de acompanharem o PSD naquilo que é uma pretensão que tem já, mais de 4 anos, deste que foi adotada a taxa de proteção civil da respetiva revogação em compensação, do aumento da taxa turística e, como inicialmente referi, também do aumento da devolução do IRS para os 3% e isto que traduz um valor de cerca de 6 milhões de euros, o que é perfeitamente comportável no orçamento atual. Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** - Muito obrigado Sra. Vereadora. Sr. Vereador João Pedro Costa.

**O Sr. Vereador João Pedro Costa:** - Muito obrigado Sr. Presidente. Eu vou tentar ser rápido, temos jantar de Natal e queremos salvar o Natal e portanto, já vamos o adiantado da hora, o almoço já passou, mas vamos chegar a tempo do jantar, certamente.

**O Sr. Presidente:** Esse certamente é otimista, mas.

**O Sr. Vereador João Pedro Costa (cont.):** - Vou aproveitar para então, finalmente abordar o teor do pedido de informação escrita que apresentámos no início da sessão, relativamente à Gebalis e que, de certa forma se alarga a dados relativamente à habitação em Lisboa. E estes dados para nós são relevantes, porque para nós podermos votar com consciência o plano de atividade da Gebalis, temos que o situar perante a resposta a estas perguntas e, eu não vou conseguir ler todas, mas às mais relevantes, quero deixar sinalizadas aqui oralmente. Nós estamos interessados em saber qual é, neste momento, a dimensão, quantos fogos dispõe o património habitacional disperso da Câmara Municipal de Lisboa? Queremos saber quantos funcionários tem a Direção Municipal de Habitação e

Ordenamento local que gere estes fogos, queremos saber destes fogos quantos é que estão ocupados e quanto é que estão ocupados e quantos é que estão vagos? Queremos saber quantos fogos deste património habitacional disperso tenciona a Câmara em 2018 transferir para a Gebalis? Queremos saber dados sobre os agregados familiares que se encontram em listas de esperas para efeito de acesso à habitação municipal, desagregando, pelo menos por tipologia de fogos, t1, t2, para perceber a dominante. Queremos saber também dados relativamente ao acesso à habitação Municipal dos termos do regulamento do regime de acesso à habitação Municipal, quanto aos fogos que estão previstos a serem construídos ou colocados à disposição no próximo ano de 2018? Queremos saber quantos fogos, da Câmara Municipal ou da Gebalis, foram vendidos aos respetivos agregados familiares que se tornaram proprietários durante o ano de 2017 que está a terminar? Pretendemos saber quantos fogos, sob gestão direta da Câmara ou da Gebalis, se pretende vender aos ocupantes aos agregados familiares dos inquilinos durante o ano 2018, qual é a política da Câmara nesse sentido e da Gebalis nesse sentido? Queremos saber também dados sobre o atendimento na Gebalis, qual foi o número de reclamações apresentadas no ano que está a terminar? Para quando se prevê a reabertura do gabinete de atendimento do Bairro Padre Cruz e, quais são os horários de funcionamento destes gabinetes de atendimento? Queremos saber também a informação sobre o despacho 3 de 2011 da Vereadora Helena Roseta à data que determinou verificar como é que estava a ocupação da...

**O Sr. Presidente:** - Ó Sr. Vereador, eu peço desculpa só de interromper. Se tudo isto consta no pedido informação escrita é indispensável, porque a resposta vai ser escrita, não vai ser aqui.

**O Sr. Vereador João Pedro Costa (cont.):** - Claro, muito bem. Para concluir, há uma questão depois a montante que, não é a única como percebeu, mas que é relevante nós percebermos, eventualmente, na minha parte, por ser iniciado nestas funções e que, para os Vereadores que já aqui estão há mais tempo pode ser uma resposta mais fácil, queríamos perceber, qual é a relação, número de funcionários, número de fogos, quer da Gebalis quer da Direção Municipal de Habitação? Pelos dados que temos até agora, a Gebalis tem aproximadamente 200 funcionários, 021 mil e 700 fogos. Não sei ainda quantos funcionários tem a Direção Municipal de Habitação, eventualmente conseguirei saber ainda hoje e, 03 mil 50, 60, 40 e portanto, há aqui uma questão de fundo, que é perceber, não é tanto a questão da duplicação, mas a questão de eficiência do serviço que é prestado de um lado e que é prestado do outro. Não tenho nenhum à priori, sobre a gestão pública em serviço

da Câmara ou gestão a empresa Municipal, mas porque há bons casos e maus casos em ambas as situações, mas queria perceber, no domínio da habitação, como é que está a decorrer este processo de gestão do património habitacional da Câmara, no âmbito da Direção Municipal e, no âmbito da Gebalis. Isto é importante, porquê? Porque nós temos de ponderar o plano de atividades da Gebalis e o plano Municipal da Câmara Municipal no que respeita a sua eficiência. Percebemos, por exemplo, que no caso da CERU, há também uma gestão residual de arrendamentos para mim também não fará sentido e portanto, são um conjunto de questões que enquadram a gestão habitacional da Câmara que nos interessa perceber para poder votar em consciência. Muito obrigado.

**O Sr. Presidente:** - Ó Sr. Vereador, eu tenho que vos apelar ao poder de síntese pelo adiantado da hora, ainda faltam aqui respostas, nós não vamos resolver os problemas todos do mundo nem da cidade neste debate, temos muitos debates ao longo dos próximos anos. Este é um debate sobre os instrumentos que aqui temos pela frente e, por isso, pedia alguma concisão sobre isto. Eu peço para responder a Vereadora Paula Marques e depois o Vereador Manuel Gaspar. Peço desculpa, Vereador Ricardo Robles em primeiro lugar.

**O Sr. Vereador Ricardo Robles:** - Muito obrigado. Este orçamento e as Grandes Opções do plano não são exatamente os documentos que o Bloco de esquerda apresentaria, mas são documentos que refletem exatamente um acordo político que foi realizado e refletem as dezenas de medidas que podiam ser refletidas nos documentos e portanto, participamos dessa forma na construção destes documentos. Reflete também a boa saúde financeira do Município e portanto, chegámos a um orçamento de 833 milhões de euros, com indicadores que nos deixam, de alguma forma, descansados relativamente ao comportamento financeiro da cidade, e que denota bem a diferença para o que tínhamos há uns anos, em que os prazos de pagamento inviabilizavam muitos concursos públicos, inviabilizavam que houvesse que entidades privadas quisessem até, trabalhar com o Município de Lisboa. E portanto, isso cria uma nova realidade, e essa nova realidade permite-nos também criar investimento e fazer investimento que tanto precisamos na cidade de Lisboa. Estes documentos refletem também os dados com os quais devemos lidar com muita precaução, esta saúde financeira decorre vários fatores, mas temos 2 bastante fortes que se relacionam entre si, um relacionado com o crescimento do turismo e outro, que se cruza com este 1º do mercado imobiliário e, em vários das fontes de receita do Município, mas, em particular no IMT, temos um crescimento que pode até representar uma bolha e que deve ser acautelada e sobre os quais

nos devemos precaver. E, por isso devemos olhar para a cidade e criar resiliência social económica. Isto faz-se investimento, faz-se investindo em serviços públicos, faz-se investindo particularmente em equipamentos e em equipamentos de saúde, em equipamentos de educação, em equipamentos que respondam à população sénior, na mobilidade e na habitação. E estes devem ser os eixos e são os eixos refletidos neste orçamento, sobre os quais fortalecemos a Cidade para contextos que ainda poderemos ter que lidar nos próximos tempos. Queria destacar, já foi falado pelo Sr. Vereador das Finanças, o investimento nas cresces que abordámos no início desta reunião e que é tão importante para a cidade de Lisboa para responder a essa carência e portanto, temos mais de 5 milhões de euros previstos para isso. A necessidade de obras em cresces, 23 milhões de euros, em escolas digo, perdão, e de 5 milhões de euros nos manuais escolares. E aqui, a Sra. Vereadora Assunção Cristas a aposta é muito clara, há uma discriminação, a discriminação é a escola pública é esse o instrumento que a democracia que a República tem para garantir igualdade e aí nós vamos insistir, é aí que temos que investir para garantir que a igualdade perante todas as crianças da cidade de Lisboa e é aí que será feita este investimentos dos manuais escolares, na ação social escolar, naturalmente também, praticamente 11 milhões de euros, centros de saúde, centros internos nacionais. E e portanto, temos no pelouro dos direitos sociais, ou o antigo pelouro dos direitos sociais, que agora se congrega com a educação na área dos direitos sociais, um aumento de cerca de 50%, 10 milhões para 15 milhões de euros e na área da educação de 66% de 21,8 milhões para 36 milhões de euros. Portanto, há uma prioridade nos direitos sociais e uma prioridade na educação. Sobre alguns dos documentos e outras propostas que estão em cima da mesa, apresentamos 2 propostas uma relacionada com o IMT e portanto, entendemos que o benefício de isenção de de IMT, para quem adquire uma casa para habitação própria permanente e no âmbito da reabilitação destes edifícios, que deve haver uma diferenciação para quem compra uma casa para a classe média, ou para quem compra um edifício de luxo. E portanto, entendemos que até aos 300 mil euros é um valor bastante razoável que haja essa isenção, para além desse valor, essa isenção deixe de existir. E depois, ao nível da derrama, naturalmente, concordamos com o 1º ponto, no 2º ponto relativamente à isenção, à restauração e pequeno comércio e farmácias, concordando com essa diferenciação desse comércio, aceitamos, ou compreendemos que haja uma mudança de contexto económico que não é a de alguns anos, onde estes setores, em particular da restauração atravessavam uma dura crise e, portanto, há uma mudança que deve ser acompanhada neste contexto e que também deve haver uma diferenciação, do ponto de vista, do recurso à precariedade nestes setores da economia. Mas a nossa

na nossa proposta incide sobretudo na discriminação das empresas que possam criar postos de trabalho em Lisboa, mais de 5 postos de trabalho por cada a 2 milhões de euros, de faturação precavendo situações de precariedade e, portanto, quando existirem situações de precariedade esta isenção não deve ser assumida. Depois comentando também as propostas que existem várias sobre a devolução do IRS, não podemos acompanhá-las, porque entendemos que esta medida contraria a lógica de progressividade fiscal inerente ao próprio sistema do imposto rendimento, e portanto, beneficia naturalmente os escalões de mais alto rendimento e por isso, temos apresentado, ao nível da Assembleia República, várias propostas de alteração do ponto de vista legal para que isto pudesse ser alterado. Sobre a taxa Municipal de proteção civil e a taxa turística, o Bloco de Esquerda avançou, foi o 1º partido que avançou com a questão da legalidade desta taxa, fomos absolutamente claros sobre a mesma e entendemos que não devemos fazer zig zag político e portanto, a questão da TMPC, é uma questão de legalidade e eu ouço isso nalgumas destas intervenções, mas rapidamente vejo este argumento abandonado, ouvi esta manhã a vereadora Assunção Cristas na rádio dizendo que, para além de ser ilegal e inconstitucional, além disso, há uma questão de oportunidade política e, portanto, o critério é da oportunidade política e, que o objetivo até pode ser reduzir um pouco desta taxa, visto que há muito dinheiro, pode-se reduzir um pouco, portanto, ela pode ser um pouco ilegal, mas pode a ser reduzida e, portanto, se há mais folga, então vamos fazer aqui uma redução nesta taxa.

(Intervenção impercetível fora do microfone.)

**O Sr. Vereador Ricardo Robles (cont.):** - Não, mas disse isso hoje na TSF que eu ouvia! E portanto, nós entendemos que aqui não é uma questão de oportunismo nem de oportunidade política, é uma questão de legalidade e sendo uma questão de legalidade, ela está no Tribunal Constitucional como sabem. O senhor Provedor de Justiça fez um requerimento, está a ser avaliada e nós respeitamos a justiça. E portanto, apresentámos há 1 mês, no dia 14 de Novembro, uma proposta na Assembleia Municipal que, curiosamente não teve o apoio do CDSPP, absteve-se nesta proposta e a proposta, recomendava exatamente que houvesse uma suspensão da vigência das normas regulamentares da TMPC até decisão de Tribunal Constitucional sobre esta matéria. E portanto, respeitando a autonomia deste poder do Tribunal Constitucional, naturalmente, não vos podemos acompanhar. Sobre a taxa turística, como sabem temos um acordo com o Partido Socialista sobre esta matéria, não aceitamos, de maneira nenhuma, que aqui também haja uma compensação já que vamos retirar a taxa Municipal de proteção

civil, aumentemos a taxa turística, nós temos uma estratégia política e ela está muito clara, entendemos que a taxa turística faz sentido, que deve ser revista e portanto, respeitamos o acordo que temos com o Partido Socialista e vamos, com certeza, implementar esse ponto, dos 80 pontos que temos com o partido se o socialista sobre a governação da cidade.

**O Sr. Presidente:** - **Muito** obrigado Sr. vereador. Peço a palavra à Vereadora Paula Marques, depois ao Vereador Miguel Gaspar, e depois eu e o Vereador João Paulo Saraiva responderemos às restantes questões. Sra. vereadora por favor.

**O Sra. Vereadora Paula Marques:** - Obrigada Sr. Presidente, muito bom dia a todas e a todos. Muito rapidamente, dado o adiantado da hora, dizer que, em relação ao orçamento e aos instrumentos de gestão e planeamento que hoje discutimos e, em particular em relação ao plano de atividades e orçamento da Gebalis, empresa Municipal, 100% Municipal, em que os seus trabalhadores são trabalhadores do Município de Lisboa! Que não haja qualquer dúvida ou reserva relação a essa matéria, dizer que todo o plano apresentado e o orçamento também, mas em particular, o plano, esse é que é um instrumento político orçamento é só a concretização no instrumento político a orientação e o objetivo é, naturalmente, dotar a empresa e os seus trabalhadores e trabalhadoras, de melhores condições para prestarem o seu trabalho e para poderem responder às solicitações que são as suas competências e as solicitações da população, mas, em particular em relação a uma maior celeridade e maior eficácia, naquilo que é a reabilitação do património Municipal a Gebalis não tem património, a Gebalis tem património Municipal que está sobre sua gestão e, portanto, não há património da Gebalis à património da Câmara, património público que está sobre gestão, e portanto, fazer a reabilitação, a manutenção e reabilitação, manutenção ordinária reabilitação profunda daquilo que é o património que está sobre sua gestão, com maior eficácia, com maior celeridade é isso que nos propomos tendo em conta a questão do conforto, da segurança, das questões de eficiência energética e da acessibilidade em particular da população mais idosa e da população a com as limitações de mobilidade. Melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras para que possam também ter melhores condições de atendimento à população, de forma eficaz a e com uma tempo resposta mais célebre mas também temos como objetivo, melhorar e intensificar a participação dos moradores, quer em comissões de lote, quer em condomínios, quer em assembleias de moradores naquilo que é a gestão comum do edificado e da comunidade em que habitam. E, dizer que, há um acompanhamento, há um objetivo de acompanhamento maior e de estreito em relação às questões das dívidas contraídas pelas famílias em relação ao

arrendamento, é uma coisa que nos preocupa, naquilo que já está em curso e portanto, termos esse acompanhamento, mas de prevenção para que, não voltem a reiterar oi que não entrem em incumprimento. É esse um dos nossos grandes objetivos neste plano que hoje apresentamos.

Muito rapidamente dizer, ás questões colocadas pela Sra. Vereadora Conceição Zagalo que, em a relação de facto, em relação ao contrato programa, que é o que está a correr hoje e que o próximo que virá à Câmara para podermos discutir e aprovar, houve uma série de contingências, aquelas que estão identificadas nos instrumentos são claras, houve por fruto também da reclassificação da empresa, uma necessidade de readaptação daquilo que eram os instrumentos e, naturalmente a relação com o Tribunal de Contas, nós não conseguimos controlar aquilo que é a relação com o Tribunal de Contas, mas respeitamos aquilo que a atuação do Tribunal de Contas no escrutínio, e portanto, houve sim, um atraso na execução financeira, execução física, nós fomos recalendarizando e até priorizando dentro daquilo que é o contrato programa, as empreitadas que estavam prontas e poderiam avançar sem terem o condicionamento do Tribunal de Contas, para não prejudicar a população no seu geral, procurar minimizar esse prejuízo. E a questão da falência, muitas vezes de empreiteiros, que é uma questão que não é só na habitação Municipal, é em termos de intervenção em obra pública e privada, mas que é, uma realidade. Nós fomos recalendarizando essa execução, fomos dando nota e conta, dessa recalendarização aos parceiros, às Juntas de Freguesia, Associações de moradores e aos moradores, é evidente que os moradores e os bairros que estão em mais atraso, estarão mais descontentes, com razão, mas temos tido a preocupação de explicar a razão renda recalendarização. Mas dizer-lhe que, está mais 50% em execução física daquilo que é o contrato-programa que está em vigor e que, há somente 3 situações que estão em suspensão por falência de empreiteiros e, que nós procuraremos resolver o mais rapidamente possível. Compromissos em relação àquilo que é apresentado. No início do ano, nós traremos a Câmara aquilo que é o novo contrato programa para reabilitação intervenção, proposta no plano e orçamento que hoje discutimos. Nesse contrato programa será pormenorizado aquilo que são as intervenções, a calendarização e a execução física e financeira da das intervenções, à luz daquilo que já foi feito com o contrato-programa em vigor. O nosso compromisso com a população é, se houver a alguma contingência ou se se repetirem as dificuldades, ou as contingências que nós hoje vemos com o Tribunal de Contas, é naturalmente manter a população informada a cada passo e, fazermos aquilo que fizemos, que é, numa situação em que entendermos, com a análise de que uma determinada empreitada possa ser adiantada em relação a outra e que não ponha em causa aquilo que é o contrato

programa aprovado nos órgãos competentes, nós fá-lo-emos com fizemos nesta neste mandato. E portanto, em relação às questões colocadas... àh só a questão do suporte informático, evidentemente acolhemos com gosto a sua proposta, mas também é importante dizer que, há um conjunto de população que é nossa inquilina que é muito envelhecida, e que tem alguma dificuldade, alguma infoexclusão, é evidente que o nosso propósito é trabalhar para que ela deixe de ter essa infoexclusão, mas, substituir na totalidade aquilo que é a informação e a relação, instrumento/relação com a população, e com os nossos inquilinos do suporte de papel, para o suporte informático, penso que será uma forma de exclusão de alguma parte da nossa população, e isso é coisa que nós não queremos, não queremos fazer.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Vereador João Pedro Costa, naturalmente eu terei todo o gosto em explicar-lhe como é que funcionam os serviços da Câmara Municipal de Lisboa, eu bem sei que está cá de novo, o PSD não, mas entendo algumas questões, naturalmente, não lhe vou responder, Sr. Presidente já fez a referência, responderei por escrito, mas terei todo o gosto em explicar-lhe quais são as funções, e as competências da Gebalis, e as competências da direção municipal de habitações e desenvolvimento local, que vai muito para além daquilo que é a gestão de habitação. Mas terei todo o prazer em explicar-lhe.

Em relação às questões colocadas ainda pela Sra. Vereadora Assunção Cristas, a locação da propriedade pública que estava alocado ao “Reabilita Primeiro, paga depois”, confirmar-lhe que sim, será realocado em parte, àquilo que é a promoção de habitação pública, deve ser esse o nosso investimento, e confirmar-lhe que o remanescente será condicionado aquilo que é o arrendamento de longa duração, e é esse o nosso propósito, é, há uma mudança de orientação e, portanto, aquilo que está no instrumento de gestão, fez a boa interpretação aquilo que está no nosso instrumento de gestão, fez uma boa interpretação daquilo que está escrito.

Em relação ao programa de renda acessível, aquilo que são os instrumentos aprovados neste momento, e a forma de financiamento continuarão da mesma forma que foram aprovados, sendo que, aquilo que é o reforço do arrendamento acessível de gestão pública, de gestão pública que, no fundo, é uma reformulação daquilo que é o programa da renda convencionada, e que será reformulado no sentido de refortalecer, de lhe dar mais escala, e é património público, é património municipal e, portanto, será reabilitado, ou aquilo que tenha que ser de nova construção, com aquilo que é o financiamento público de orçamento municipal e, portanto, não há outra forma neste momento, não há outra forma de financiamento, que não seja aquilo que é o financiamento proposto em orçamento municipal.

Em relação às questões que foram postos...

(Diálogo fora do microfone)

**A Sra. Vereadora Teresa Leal Coelho (Cont.):** - ...responder-lhe-ei depois por escrito...

**A Sra. Vereadora Assunção Cristas:** - Só para esclarecer então, o que estava planeado ao nível da renda acessível, como estava planeado, e como modelo de financiamento previsto, o que já estava previsto, mantém-se tal qual, daqui para a frente é que pode ser um bocadinho diferente, é isso?

(Diálogo fora do microfone)

**A Sra. Vereadora Assunção Cristas (Cont.):** - ...estava a perguntar...

(Diálogo fora do microfone)

**O Sr. Presidente:** - Não percebi, desculpe...

**A Sra. Vereadora Assunção Cristas (Cont.):** - ...sim, o modelo de financiamento nos...está, mantém-se como está?

**O Sr. Presidente:** - Mantém-se o mecanismo de financiamento mantém-se tal qual...há é o acerto...pública...Há o acrescento de uma linha pública...

**A Sra. Vereadora Assunção Cristas (Cont.):** - Muito obrigada.

**O Sr. Presidente:** - Sra. Vereadora vamos...peço, apelo ao poder de síntese, todos, são 3 da tarde, temos que fazer votações, que admito que ainda são complexas, e esta reunião terá que terminar impreterivelmente às 4 menos um quarto, ou 4 menos 20, aliás, e, por isso peço a todos síntese total.

Vereador Pedro Miguel Gaspar, por favor.

**O Sr. Vereador Pedro Miguel Gaspar:** - Sr. Presidente estando entusiasmo por falar destes temas, mas também reconhecendo que a sessão de hoje não é digna de política de transportes, tentarei ser conciso, e ir direto ao ponto.

Todos nós sabemos que se calhar, partilhamos uma visão em que o transporte público, e a discriminação, e a redução do uso do carro em Lisboa é comum, pois, eventualmente, discordamos dos instrumentos, e talvez, aí até com algumas incoerências, quando oiço hoje o Vereador Carlos Moura, satisfeito com tudo o que estamos a conseguir, mas insatisfeito com a municipalização, talvez seja uma contradição, porque talvez isso não seja, não tivesse sido atingido no Estado central. Quando vejo o PSD, CDS a quererem mais Carris, este ano entraríamos em negociação com o operador privado que estaria a operar em Lisboa, porque a Carris vai produzir para o ano mais 20%. O que já está fora do âmbito do contrato que estava assinado com operador privado, indiretamente aos temas que aqui foram colocados, acho que há aqui alguns factos errados, neste momento a procura da Carris está a subir, marginalmente é certo, mas está a subir fortemente no segmento das crianças, e dos idosos, as crianças triplicaram, os idosos aumentaram 60% da procura globalmente subiu mais de um por cento. Estamos a recuperar os serviços perdidos e na verdade estamos a fazer mais, estamos a cumprir 90%, neste momento estamos a cumprir 95%, acho que é uma recuperação excepcional, e isto tudo, porque tudo demora tempo, quando a Carris passou em Fevereiro para a Câmara Municipal de Lisboa, quando só em Abril é que se separou efetivamente do metro, quando começamos a recrutar finalmente os quadros técnicos, que nos permitem, por exemplo, fazer os concursos dos autocarros, quando finalmente estamos a repor a produção, e estamos prestes a fazer a adjudicação dos autocarros grandes e pequenos, portanto, vamos ter autocarros pequenos também, na Carris estamos, o relatório deve sair para a semana, estamos a avançar com mais 10 milhões de euros em investimentos em sistemas inteligentes de transporte, que inclui os centros de controlo, e respondendo ao Sr. Vereador Moreira da Silva, o centro de controlo da Carris, chama-se SAE, e é por isso é que se está referido no orçamento como SAE, chama para a exploração, está, o SAE está lá, diga?

(Diálogo fora do microfone)

**O Sr. Vereador Pedro Miguel Gaspar (Cont.):** - ...então não é?

A Tecnic, Sr. Vereador, então vá à loja do androide, descarrega a aplicação da Carris, e veja quando tem autocarro em tempo real, é em versão beta, e por isso é que ainda não está anunciada, mas já funciona em tempo real, também o ópera da Carris, chama-se ópera, e também existe, o centro de gestão de tráfego na Câmara de Lisboa, talvez não tenhamos que insistir mais, mas também existe, o que não existia era a interação de tudo isto, e é por isso que existiu o ano passado um

contrato com o COI, é esse o desafio deste mandato é pôr todas as coisas a funcionar melhor.

Bom avançando mais, a diversificação da frota já disse, vamos tê-la, a questão do elétrico na Primeira circular, da questão do fazer ou não, nós temos uma ambição maior, temos lá um plano da rede de elétricos para toda a cidade, para 2018, e é por isso que não falamos da linha A, B, ou C, sim a mesma referência específica dá à zona ocidental também porque era esse o compromisso com o Bloco de Esquerda, mas na verdade queremos olhar para a cidade como um todo, e não linha, a linha, por isso é que não é referido, e temos também no essencial, segundo aqui, acho que respondi a tudo o que foi questionado.

Sobre a EMEL, eu acho que com franqueza, eu acho que a discussão da EMEL está no plano financeiro quando devia ser no plano da cidade, a EMEL não é um instrumento financeiro, a EMEL é um instrumento de relação do espaço público, e é nesse sentido que, quando se fala, porque é que a EMEL cobra o estacionamento, e tem as receitas que tem, é muito simples, e eu passei, há 12 anos atrás fiz a minha tese de mestrado que se chamava; “o estacionamento como gestão da mobilidade urbana”, e estava lá uma figura que hoje em dia é um bocadinho mais moderna que é esta, a política de estacionamento traduz-se nisto, ou seja o nosso objetivo é ter um lugar livre para estacionar o carro, e depois vamos fazer o que for necessário para ter esse lugar livre, ou limitar o tempo, ou cobrar, fazer o que for necessário. Fiscalizar, infelizmente, isto depois tem uma consequência prática, é que, de facto, um local quando se cobra, gera receitas, agora as receitas da EMEL não servem para financiar as festas da cidade, com todo o respeito, estar a financiar o sistema de mobilidade, e é por isso que nós devolvemos as receitas para as ciclovias, devolvemos as receitas para os parques de estacionamento, devolvemos as receitas para a Carris, devolvemos as receitas para tudo aquilo que nos faz usar menos o carro, e isso com franqueza, eu estranho que haja gente que consiga discordar disto, o que eu não consigo concordar é que a vossa sugestão, seja fazer descontos para os residentes, por duas razões, primeiro, porque não me cabe, neste momento, aquilo que se olharem para aquilo que a ocupação da via pública na cidade, olha-se para uma qualquer zona da cidade, cerca de 50% dos carros que já estão parados, são lugares de residentes que moram aí, e depois têm cerca de 20 pessoas em furtação (?), têm 10, 15% dos lugares livres, isto é quando tudo está a correr bem, se nós a estas zonas, em, particular nas centrais, onde o espaço é mais caro, e estes números pioram, com maior ocupação dos residentes dessas zonas, juntássemos os residentes de todas as outras zonas, com franqueza não cabe, e portanto essa medida de fazer desconto só para os residentes, para, com toda a franqueza, entalar os outros que moram perto da sua casa, não é equitativo,

o que nós queremos é que as pessoas tenham capacidade, facilidade de estacionar o carro ao pé da sua casa, encontrar formas de estacionar o carro ao pé da sua casa, e ter uma rede de transportes alternativa, ou que seja UBER, que seja Táxi, seja BFi, seja o que for, para não terem que usar o carro, e é essa a nossa ambição, e é essa a nossa meta.

Só, avançando também a questão da segunda zona, do desconto, pronto, depois também só porque o Sr. Vereador voltou a falar dos rácios e eu lembrei-me da sua entrevista ao Jornal de Agosto, em que comparou Lisboa com Nova Iorque, o que o Sr. Vereador não falou quando falou em Nova Iorque estavam lá esses rácios, em primeiro Nova Iorque tem um milhão e 600 mil habitantes, não tem 500 mil, e Nova Iorque tem 5% das viagens em transporte individual, e 15% das viagens em transportes individual de quem vem de fora, é essa a nossa ambição, mas é por isso que os rácios depois não batem certo, tomara eu cobrar menos estacionamento porque as pessoas estão a vir em menos carros.

Pronto, eu acho que com isto, acho que é por isto que discordamos da vossa posição, mas o que eu acho que é apaixonante na mobilidade é todos nós termos a nossa opinião, e se calhar no final do dia convergimos no modelo social que temos, o problema é que depois individualmente temos aqui uns centros de prazer que dizem que adoramos é o nosso carro!

Pronto, acho que é...temos que combater um bocadinho isso...Sr. Presidente...

**O Sr. Presidente:** - Muito obrigado Sr. Vereador.

Gosto de ver o seu otimismo deve ser da sua juventude no cargo, relativamente às convergências sobre estas matérias.

Srs. Vereadores, Sra. Vereadora tenho que pedir, eu não queria admitir uma segunda volta, senão nós não saímos daqui...

**A Sra. Vereadora Teresa Leal Coelho:** - Só um segundo para esclarecer o Sr. Vereador Miguel Gaspar que os Vereadores do PSD não falaram da Carris, como referiu...

**O Sr. Presidente:** - Muito bem, em defesa da Honra!

E também não apresentaram uma proposta de concessão nem de privatização da Carris...

**A Sra. Vereadora Teresa Leal Coelho (Cont.):** - ...e no fundo estamos em convergência...

**O Sr. Presidente:** - Temos que prosseguir, está bem? Porque senão...temos 4 anos!

**O Sr. Vereador Pedro Miguel Gaspar:** - Só para dizer que eu vou-me portar bem, e portanto estou cheio de vontade de discutir mobilidade, mas vou ficar calado.

**A Sra. Vereadora Teresa Leal Coelho (Cont.):** - ...muito obrigado.

**O Sr. Presidente:** - Bom, Srs. Vereadores eu quero em primeiro lugar agradecer ao Sr. Vereador João Paulo Saraiva todo este trabalho de preparação do exercício orçamental que como todos já se aperceberam, é de uma enormíssima complexidade, a coordenação de todo este processo, envolvendo várias centenas de pessoas, várias dezenas de organismos, e empresas da Câmara.

Quero deixar uma palavra de agradecimento particular a toda a equipa da direção municipal de Finanças, Dra. Paula Costa, estou a dizer bem de si, por isso pode ouvir, é o único momento, aliás que digo bem de si no ano, é isso, e nas contas, e nas contas, e por isso queria-lhe agradecer a si e a toda a sua equipa, sei bem o quanto estes tempos, estes meses são exigentes para todos, e agradecer-vos muito a qualidade técnica dos documentos que aqui temos para apreciar.

Segunda nota que queria fazer, um orçamento tem que ser feito com uma leitura muito rigorosa e clarividente do contexto que vivemos, eu tenho que lhe dizer que apreciei de forma muito particular a intervenção do Vereador Nuno Rocha aqui, porque acho que disse basicamente o que é o fundamental sobre o contexto, e o fundamental é que nós hoje vivemos num período excecional de atividade económica na cidade, que motivam acréscimo excecional de recitas na cidade, que deve ser bem percebido, e entendido, e orientar bem as nossas escolhas políticas, para quem defende a sustentabilidade financeira do município, como um valor a preservar, e eu defendo, e aplico, desde que tenha responsabilidades nesta Câmara como Vereador das Finanças, tenho a consciência clara de que o momento que nós vivemos tem excecionalidade, e por isso seria um erro nós confundirmos um aumento de excecionalidade de aumento de recitas e de atividade económica, com uma modificação estrutural dos padrões das nossas receitas e das nossas despesas, no município.

Essa alteração não ocorreu, a Lei de Finanças Locais continua a atribuir ao município de Lisboa uma situação de risco, porque nos coloca numa forte dependência das receitas do imobiliário, não absorvemos receitas de transferência do Orçamento de Estado, não temos acesso, aliás, nós e mais 2 Municípios da área Metropolitana, pelos indicadores que dispomos e, por isso, nós temos uma estrutura

de receita fortemente associada ao ciclo económico e, com a amplitude dos que variam em função desse ciclo económico, são tremendas. Não me esquece que, quando entrei na Câmara de Lisboa, a receita de IMT eram cerca de 80 milhões de euros e nós estamos com um orçamento com receitas de emprego superiores a 200 milhões de euros. Significa isto que, no princípio da gestão prudente, e voltando a citar o vereador Nuno Rocha, seria um erro completo utilizar estas receitas adicionais, para fazer um aumento estrutural da despesa da Câmara e um aumento das funções da Câmara e o aumento da estrutura global da Câmara, e agora acrescento eu ao que o Senhor vereador não disse, como seria um erro também fazer, neste momento, uma redução das receitas estruturais da Câmara de Lisboa. Ora é precisamente o que eu vejo aqui nas opções dos vários vereadores, começando nos vereadores do CDS, que nas propostas, relativamente, ao IRS e nas propostas relativamente à taxa de proteção civil, o que fazem é uma redução da receita estrutural do Município de Lisboa, no momento em que tudo desaconselha que se faça. A boa gestão que aconselha, é que se use estas receitas adicionais para fazermos precisamente aquilo que diz, reduzirmos a dívida e aumentarmos o investimento. Para resolvermos problemas estruturais da cidade com capacidade de melhorarmos a nossa capacidade de resistência económica e financeira, mas, despesas de investimento que sabemos, que têm um carácter do *one shot* que podem ser maiores ou menores em função das disponibilidades do ciclo económico. O que não devemos fazer, é aumentar as despesas estruturais do Município como não devemos fazer a redução das receitas estruturais do Município. E por isso, sou convictamente contra, numa lógica de responsabilidade financeira do Município, que nós tomemos medidas que são, de facto, muito simpáticas, que têm muito a ver com os ares das oportunidades políticas de devolver receitas aos municípios e desenvolver impostos e de diminuir impostos, não há político, ou melhor, uma parte importante dos políticos gosta de fazer isso, mas eu com franqueza, acho que isso é política à antiga, isso é política à antiga. E, digo com autoridade de quem fez uma campanha eleitoral para a Câmara de Lisboa, sem nunca ter prometido a diminuição de nenhuma taxa ou de nenhum imposto. E, não sei quantos muitos o fizeram, não sei? Fiz essa campanha e mantenho aqui! O que acho é que temos que saber ler, porquê? Porque tenho a experiência de aqui ter estado quando nós tínhamos um imobiliário no meio de uma recessão profunda, quando nós tínhamos as grandes empresas a não pagarem derrama da cidade e, quando nós temos uma estrutura rígida de custos do ponto de vista da nossa operação. E por isso, é um erro tomarmos medidas isoladas de diminuição de receita estrutural, ou de aumento de despesa estrutural que não resulte de opções políticas claras, como as questões da internalização da Polícia Municipal, como a absorção de novas competências, algo

que decorra dessas nossas opções e, por isso é um erro a opção isolada de diminuição e de fragilização da nossa base estrutural, porque isso significa, é simpático, podemos fazê-lo, mas significa que a seguir, daqui a algum tempo, esperamos que seja o mais longe possível, estaremos que estar a reverter essas políticas, no momento que, aliás, fragilizar economia da cidade, porque, no momento em que as famílias mais precisarem, se nós tomarmos estas decisões de diminuição agora, é no momento da próxima crise quando as famílias mais precisarem que, aqui quem estiver nessa altura aqui, estará a ter que aumentar os impostos, aumentar a carga fiscal, aumentar as taxas, aumentar toda a tributação ou então, fazer, como já aconteceu no passado, deixar que o município vá à falência. E por isso, queria ser muito claro, tenho uma divergência profunda sobre mexidas na carga fiscal estrutural, neste momento. 2ª questão sobre esta matéria, acho que nós temos que fazer uma reflexão interna sobre a forma como nós, neste momento, temos a distribuição do que é a nossa estrutura de receitas e benefícios fiscais do município, porque é verdade o que aqui alguns Srs. vereadores referiram, em particular o vereador Ricardo Robles, que aflorou o assunto, que é o facto, nós hoje termos uma estrutura de benefícios fiscais no Município e até de estrutura fiscal do município, que foi no seu fundamental, desenhada para um contexto de muito baixo crescimento, de muito baixo investimento na construção e de fortíssimas necessidades de reabilitação urbana geral no território da cidade de Lisboa. É por esta razão que nós temos o quadro do alargamento da SRU a toda a cidade e, é por essa decorrência do alargamento da SRE a toda a cidade que nós temos uma estrutura de benefício fiscal fortíssima, que teve um grande contributo na minha opinião, no processo de recuperação da cidade. E parece-me claro que nós hoje vivemos um quadro que é diferente, e parece-me claro que o Município tem que adaptar a estrutura dos benefícios à estrutura que vivemos, porque, de facto, não se justifica hoje o Município abdicar de receita por um conjunto de operações que se realizam na cidade de Lisboa e que já não necessitam desse incentivo público para que se venham a concretizar. Agora, eu tenho que defender prudência e reflexão. E tem que defender a tensão junto da proposta que a Câmara tem que fazer no estado no quadro de alteração da Lei de Finanças locais, é que a verdade, é que a Lei de Finanças locais hoje, não nos permite o grau de flexibilidade e de modelação, que nós precisávamos, dos nossos instrumentos para poder agir. Exemplo, nós hoje temos um conjunto vasto de incentivos à reabilitação, nomeadamente em matéria de isenção de IMT e de isenção de taxas urbanísticas. Parece claro, que hoje pela realidade que conhecemos esse conjunto de isenções justifica-se numa parte da cidade, mas já não se justifica noutra, justifica-se com um conjunto de operações imobiliárias, mas já terão menos justificação para outro conjunto de operações

imobiliárias que o mercado está a resolver. Agora para fazermos isto com rigor e para não fragilizarmos a economia da cidade, temos que ter prudência, temos que trabalhar de forma sistemática, para que possamos apresentar as nossas propostas e defender as nossas políticas.

4º ponto, este é um bom orçamento! É um bom orçamento, porque consegue equilibrar o nosso objetivo de sempre da sustentabilidade de longo prazo do Município, com a redução do passivo, com a redução da dívida, com a estabilidade da política fiscal que temos mantido desde há vários anos a esta parte e que é importante que a continuemos a manter, com o reforço do investimento nas áreas críticas que correspondem às áreas do programa do Governo da cidade. Não me deterei aqui na explicação de algumas das questões que foram colocadas, entre rubricas que de habitação cultura, etc. Há muitas áreas que têm ciclos diferentes da própria maturação do projeto e dos investimentos que são realizados, que faz com que em anos de preparação de planeamento e execução de projetos, não haja tanta despesa de execução e de investimento, mas que isso se realize em anos posteriores e que só pode ser visto numa análise plurianual. Mas é para mim claro, que este orçamento reflete bem o sentido das prioridades, na mobilidade, na habitação social, na coesão social, na dinamização da economia, em todas as áreas que são prioritárias no programa de Governo, elas estão bem expressas do ponto de vista do seu enquadramento orçamental. Quero pois terminar como comecei, deixando uma palavra de agradecimento a toda a equipa que o preparou, porque, de facto, reflete com fidelidade aquilo que são as orientações de correspondência de tradução no orçamento e nas operações subsequentes das prioridades políticas deste executivo.

Sr. Vereador João Paulo Saraiva, por favor.

**O Sr. Vereador João Paulo Saraiva:** - O senhor Presidente já disse tudo, quase tudo, eu só queria sublinhar uma, começando agora pelo fim. De facto, a equipa foi incedível e acresce aqui um facto que é muito relevante, é que este é um ano atípico e portanto, estamos a falar de cerca de, para além do período antes das eleições, agora num tempo recorde, porque estamos, seremos certamente um dos primeiros Municípios a aprovar o seu orçamento para 2018, porque o período que era permitido por lei, eram 3 meses e nós vamos fazê-lo antes. Depois também dizer que, aquilo que o Sr. Presidente acabou de referir sobre a possibilidade de ver o ciclo total dos investimentos e portanto, nalgumas situações, aparentemente olhando de forma mais descuidada para o orçamento, parece que em 2018, não está lá o investimento suficiente, mas, se olharmos para o plano plurianual, que é um dos documentos, aí poderão ver forma muito clara, que esses investimentos

que, por vezes parecem mais curtos num determinado ano, ano de preparação, ano do projeto, ano do concurso, depois sobem exponencialmente nos anos seguintes, coisa que, aliás, como explica a pouco, um dos exemplos mais claros é a área da educação onde no ano passado, não havia uma expressão tão forte, este ano há uma expressão muito maior, porque as obras estão em plena execução. Depois também não posso deixar que passar a ideia que o PSD insiste, o CDS em tempos também insistiu um pouco nisto, mas, onde hoje insistiu um pouco menos, de que, a carga fiscal na área, a carga tributária, no Município de Lisboa é a maior, é muito alta. Não é muito alta, não é maior, de forma nenhuma, temos o IMI mais baixo, temos o IMT que temos, certo, mas quer dizer,

(Intervenção impercetível fora do microfone.)

**O Sr. Vereador João Paulo Saraiva (cont.):** Certo. Não, quer dizer, eu sei que não é tudo, estou apenas a focar-me aqui, não é verdade nada disto e, se compararmos com alguns Municípios em que, a bancada aqui do lado direito tem responsabilidades, percebemos que não é nada assim, portanto, talvez começar aí em casa, a dizer em casa aqui no sentido figurado, evidentemente, nos próprios partidos, a dizer aos vossos colegas autarcas que diminuam os deles, porque os nossos já estão mesmo em baixo, ou seja, o nosso IMI já está em baixo, há vários Municípios considerados referência do vosso lado, que não está em baixo, o IRS idem aspas, aspas, só para citar alguns e, até fomos, ganhando espaço e ganhando performance nas tarifas de saneamento e resíduos urbanos. Portanto, nada disso, é verdade, isso é uma mentira, desculpem lá, não outra maneira de dizer isto, repetida muitas e muitas vezes e é uma falsidade absoluta, portanto, não posso aceitar que continuemos a dizê-lo. Para terminar, para terminar vou terminar já, não vou dizer mais nada.

**O Sr. Presidente:** - Muito bem. Srs. Vereadores, vamos terminar. Sra. Vereadora Assunção Cristas, eu peço-lhe... como veem eu sou tolerante nesta questão de tempo, mas têm que me ajudar senão isto é um inferno.

**A Sra. Vereadora Assunção Cristas:** - Estou absolutamente telegráfica, Sr. Presidente. Só para lhe deixar 2 notas: A 1ª para dizer que, compreendo mas

estranham um pouco o tom um pouco pessimista, do Sr. Presidente, mas compreendo, porque, se olharmos para o orçamento de Estado, fala numa desaceleração da economia. Agora aquilo que eu esperaria do executivo Camarário, é que aprovasse o orçamento que procurasse dar os estímulos certos à economia, para que houvesse uma redução da dependência do imobiliário, que aparecessem outras áreas diversificadas que nos pudessem sustentar e projetar áreas de crescimento económico diferenciadas. E portanto, eu suponho que, tendo essa preocupação que li nas suas palavras, possa apoiar proposta do CDS em relação à derrama, que vem exatamente no sentido de procurar estimular o crescimento económico por via das empresas,

**O Sr. Presidente:** - Vamos passar para a Proposta 673/2017. Esta proposta tem 3 propostas complementares que se seguem que denominei por 673-A do PCP, 673-B do CDS, e 673-C do PSD. Eu queria sugerir só ao PSD que fizesse uma correção material à proposta porque a forma como está lido traduz um aumento de impostos e não diminuição, por isso a Proposta do PSD seria votada na parte deliberativa com alteração da participação variável no imposto das pessoas singulares até menos 0,5 do habitualmente aprovado pelo município de Lisboa, promovendo-se a uma atualização da mesma, da atual participação de 2% para uma participação de 2 e meio, peço desculpa, no imposto para uma participação de 2% e não de 3 como está escrito na proposta.

Srs. Vereadores, vamos então votar a Proposta do PCP 673-A, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Vamos agora votar a Proposta 673-B/2017 do CDS, é igual à do PSD, então podem ser votadas em simultâneo, mas é o mesmo conteúdo, diga.... Pode ficar prejudicada.

**A Sra. Vereadora Teresa leal Coelho:** - Sr. Presidente tem o mesmo teor fica prejudicada.

**O Sr. Presidente:** - Pois, só que eu não sei qual porque elas deram entrada hoje não sei qual das duas fica prejudicada. Por isso vamos votar não haverá alterações no sentido de voto, vamos votar a Proposta 673-B/2017 do CDS sobre o IRS. Quem vota contra? Quem se abstém? A Proposta foi rejeitada com os votos a favor do PSD e do CDS e voto contra dos restantes Vereadores.

Vamos votar a Proposta 673-C/2017, proposta pelo PSD. Quem vota contra? quem se abstém? foi rejeitada com os votos do Bloco Esquerda, PCP, PS e o voto a favor dos restantes Vereadores.

Vamos votar a proposta 673/2017, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada com o voto contra do PCP, a abstenção do CDS, do PSD, do Bloco de Esquerda e voto a favor dos restantes Vereadores.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 673/2017 a qual foi aprovada por maioria com 8 votos a favor (6PS e 2Ind.), 7 abstenções (4CDS/PP, 2PPD/PSD e 1BE) e 2 votos contra (PCP)

**O Sr. Presidente:** - Passamos agora ao capítulo relativo à derrama. Temos 3 propostas, a do PCP que eu denominaria por 674-A, do CDS 674-B, a do Bloco de Esquerda 674-C. Vamos começar pela 674-A, quem vota contra? Quem se abstém? A proposta foi rejeitada com os votos contra do Bloco de Esquerda, do PS e voto a favor dos restantes Vereadores. A Proposta do CDS 674-B, quem vota contra? Quem se abstém? a Proposta foi rejeitada com os votos contra do Bloco de esquerda do PS, a abstenção do PCP e o voto a favor dos restantes Vereadores. Passamos à Proposta do Bloco de Esquerda 674-C mais uma vez queria dar uma nota que aqui é de fato uma questão de interpretação da lei sobre a impossibilidade de colocar restrições sobre contratos a prazo. Quem vota contra? Quem se abstém? a proposta foi rejeitada com a abstenção do PCP e o voto contra dos restantes Vereadores.

Falta votar a Proposta original. Ponto 13 da Ordem de trabalhos a Proposta 674. Vamos votar o ponto 3 da Proposta 674, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada foi aprovada com o voto contra do PCP do Bloco de Esquerda a abstenção do CDS e o voto a favor dos restantes Vereadores.

Vamos votar os pontos 1 e 2, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovados com a abstenção do CDS e o voto a favor dos restantes Vereadores.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 674/2017 a qual foi aprovada por pontos: Ponto 1 e 2 – Aprovados por maioria com 13 votos a favor (6PS, 2Ind. e 2PPD/PSD, 2PCP e 1 BE) e 4 abstenções (CDS/PP)

Ponto 3 – Aprovado por maioria com 10 votos a favor (6PS, 2Ind. e 2PPD/PSD), 4 abstenções (CDS/PP) e 3 votos contra (2 PCP e 1 BE)

**O Sr. Presidente:** - Passamos agora para a Proposta 675 relativa à taxa de direitos de passagem. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada com o voto contra do PCP, a abstenção do PSD e do CDS e o voto a favor dos restantes Vereadores.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 675/2017 a qual foi aprovada por maioria com 11 votos a favor (6PS, 2Ind., 2PCP e 1BE) e 5 abstenções (3CDS/PP e 2PPD/PSD)

Não participou na votação da proposta o Senhor Vereador Miguel Moreira da Silva.

**O Sr. Presidente:** - Ponto 15 da Ordem de trabalhos que é, o regulamento geral de taxas do município de Lisboa em que há umas correções seriam de introduzir.

Sim, Sr. Vereador João Paulo Saraiva.

**O Sr. Vereador João Paulo Saraiva:** - São relativamente simples, mas...”regulamento geral de taxas” estava noutro lado, peço desculpa, “aprovação orçamentos e grandes opções do plano”, está aqui!

Então as alterações são os seguintes:

No ponto 3.3, substituir a palavra “deficiência” pela palavra “incapacidade”; Introduzir um ponto novo, que é o ponto 6, que tem o seguinte redação; “importa ainda, em consonância proceder à revogação de norma idêntica, que consta do regulamento geral de estacionamento na via pública, na cidade de Lisboa, na medida em que se estabelece na alínea G, do número 61, que estão isentos de pagamento da referida taxa, prevista os partidos políticos”

E depois, isto nos considerandos, e depois na parte deliberativa, é editado um número 3, com a seguinte redação: “a alteração do regulamento geral de taxas ...impercetível...de receitas do município de Lisboa, e a revogação da alínea G do número 61, do regulamento geral de estacionamento na via pública na cidade de Lisboa, constantes do número dos anteriores aplicam-se a todos os requerimentos que se encontram pendentes de decisão”, no fundo, é aqui ainda uma má prática que vem do passado, que vem em dado momento, o município em que havia a mesma a norma em dois regulamentos diferentes, estamos a retirar uma alteração que foi feita no regulamento geral, estamos a tirá-lo do regulamento de estacionamento, e é sobre o regulamento de taxas, penso que só este alteração.

(Diálogos fora do microfone)

**O Sr. Presidente:** - Muito bem.

Srs. Vereadores...

**O Sr. Vereador Miguel Moreira da Silva:** - Sr. Presidente, queríamos autonomizar o artigo 26<sup>a</sup>, e o 43<sup>o</sup>...

**O Sr. Presidente (Cont.):** - ...26...26?

**O Sr. Vereador (?) (Cont.):** - ...o artigo 26, 26ª) e 43º...

**O Sr. Presidente (Cont.):** - ...mas de que proposta?

(Diálogos fora do microfone)

**O Sr. Vereador João Paulo Saraiva:** - Peço desculpa, mas ainda na parte deliberativa da mesma proposta, o número 2 também é alterado na seguinte, é alterado para a seguinte redação: “A revogação da alínea G do número 61, do regulamento geral de estacionamento na via pública, da cidade de Lisboa”, portanto, num lado revoga-se, no outro diz-se que todos os que o requerimento que se encontram pendentes de decisão, também se aplica esta revogação.

Muito obrigado.

(Diálogos fora do microfone)

**O Sr. Presidente:** - Posso ter a proposta por favor?

(Diálogos fora do microfone)

**O Sr. Presidente:** - Muito bem Srs. Vereadores, vamos então para a proposta 676, corrigida com as alterações que o Vereador João Paulo Saraiva referiu, vamos votar então autonomizado artigo 26, que está no anexo, que é referido, podemos votar? Vamos votar em separado, vamos votar o artigo 26, quem vota contra? Quem vota contra o artigo 26?.

(Diálogos fora do microfone)

**O Sr. Presidente (Cont.):** - ...peço desculpas, mas a votação do artigo 26 não é por alternativas nenhuma, não há nenhuma alternativa em cima da mesa.

(Diálogos fora do microfone)

**O Sr. Presidente (Cont.):** - ...vamos lá ver, o artigo 26 é sobre os tarifários da água, o tarifário da água é decalcado do tarifário da ERSE...

**O Sr. Vereador João Paulo Saraiva:** - O artigo do 26 é sobre a dispensa de pagamento da tarifa de saneamento...

**O Sr. Presidente (Cont.):** - ...peço desculpa, não é, o artigo 26 é tarifários especiais do serviço de recolha de águas residuais.

O artigo 26!

Está aqui.

**O Sr. Vereador Miguel Moreira da Silva:** - Eu também tenho aqui.

(Diálogos fora do microfone)

**O Sr. Vereador Miguel Moreira da Silva:** - 26.a) - Dispensa de pagamento da tarifa de saneamento para os casos em que têm contadores destinados a redes de rega.

(Diálogos fora do microfone)

**O Sr. Presidente (Cont.):** - ...peço desculpa não é...”utilizadores finais podem negociar da aplicação de tarifas especiais nas seguintes situações, alínea a) utilizadores domésticos, tarifário social, os utilizadores domésticos que se encontram numa situação de carência económica, tarifário familiar, os utilizadores domésticos cuja compensação ultrapasse 4 elementos”, nós estamos a revogar os tarifários sociais da...

(Diálogos fora do microfone)

**O Sr. Vereador Miguel Moreira da Silva:** - Não, não é isso, não é isso que eu tenho aqui...

**O Sr. Presidente (Cont.):** - ...mas aqui está; “regulamento especial de taxas e outras receitas do município”.

(Diálogos fora do microfone)

**O Sr. Presidente (Cont.):** - ...então peço desculpa, se me passaram mal...

(Diálogos fora do microfone)

**A Sra. Vereadora Assunção Cristas:** - Sr. Presidente eu tinha um sentido genérico de voto, que é contra, agora não tenho comigo o texto para poder validar este artigo específico, se o quiser dizer...

**O Sr. Presidente (Cont.):** - ... eu já o vou ler...

**A Sra. Vereadora Assunção Cristas (Cont.):** - ...poderei ver o sentido de voto.

**O Sr. Presidente (Cont.):** - ...Srs. Vereadores, eu tenho aqui, eu tenho aqui um 26.a), é isto? É o 26.a)?

Sra. Vereadora posso pedir atenção, se é este o registo, “estão dispensados do pagamento da tarifa de saneamento os contadores de água associados a consumos que não originem a recolha de águas residuais, pela rede de saneamento do município, nomeadamente, contadores de rega de espaços verdes e reconhecidos como tal pela EPAL, e os contadores localizados em condomínios ou residências em que existam redes de rega, requerido especificamente para essa finalidade”, é isto?

Justificar o quê?

(Diálogos fora do microfone)

**O Sr. Presidente (Cont.):** - ...não, a proposta está aqui, porque faz todo o sentido que esteja, porque isto tem a ver com águas que não entram no regime de saneamento.

Não faz sentido cobrarmos tarifa de saneamento quando as águas não entram no regime de saneamento.

(Diálogos fora do microfone)

**O Sr. Presidente (Cont.):** - ...não! É uma indicação de regulamento da ERSAR.

(Diálogos fora do microfone)

**O Sr. Presidente (Cont.):** - ...não se pode cobrar um serviço que nós não prestamos...

**O Sr. Vereador Miguel Moreira da Silva:** - A nossa informação é que isto não...

(Diálogos fora do microfone)

**O Sr. Presidente (Cont.):** - ...está bem, mas é só para clarificar, é isto, não é?

**O Sr. Vereador Miguel Moreira da Silva:** - É isso mesmo...

(Diálogos fora do microfone)

**O Sr. Presidente (Cont.):** - ...sim, pronto, mas gostava só de explicar porque é que isto aqui está, isto foi uma introdução que foi feita, para não taxar a água que não é tratada, não cobrar como tarifa de saneamento água que não é tratada, tem que haver autonomização de contadores...

**O Sr. Vereador Miguel Moreira da Silva:** - mas estes contadores são utilizados para redes de rega, mas são utilizados pelos condomínios para outras utilizações também e, portanto, existe uma parte deste água que também entra no sistema de saneamento, e nós entendemos que não deve haver uma isenção do pagamento da tarifa, nem do saneamento, nem dos resíduos urbanos, que é o 43º.a)...

**O Sr. Presidente (Cont.):** - ...muito bem!

Bom, então vamos votar o artigo 26ª). Vamos votar então o artigo 26ª), quem vota a contra?

(Diálogos fora do microfone)

**O Sr. Presidente (Cont.):** - ...Quem se abstém? Por isso artigo foi aprovado com a abstenção do CDS e do PSD, e o voto contra do Bloco de Esquerda e do PCP. Qual é o outro artigo? 43º.a)...

**O Sr. Vereador Miguel Moreira da Silva:** - é para o mesmo efeito, para tarifa de resíduos urbanos...

**O Sr. Presidente (Cont.):** - ...artigo 43º.a), pois, exato, é mesmo para o mesmo fim, que tem a mesma razão, que é, não cobrarmos tarifa de resíduos que esta anexado à água para consumos de água que manifestamente são exagerados, face à produção de resíduos.

Quem vota contra? Vamos votar então ao artigo 26ª)...

(Diálogos fora do microfone)

**O Sr. Presidente (Cont.):** - ...43ª) peço desculpa, vamos votar o artigo 43ª). Quem vota contra? Quem se abstém? O artigo está aprovado com o voto contra do Bloco de Esquerda, do PCP, e a abstenção do PSD, e do CDS, e o voto a favor dos restantes Vereadores.

Vamos então...Sr. Vereador Miguel Gaspar.

**O Sr. Vereador Miguel Gaspar:** - Sr. Presidente.

Aproveitando o meu estatuto de caloiro, tendo em conta que a deliberação é submeter o que vai em anexo, pergunto se, e tendo em conta que as alterações do Bloco foram chumbadas pergunto se este texto que aqui está, pode ser votado tal como está, acho que sim, porque materialmente anula a intenção do Bloco, mas...

**O Sr. Presidente:** - Não estou a perceber nada, desculpe lá...

**O Sr. Vereador Miguel Gaspar (Cont.):** - ...é que no que está em votação não é o anexo que se conta pontos.

**O Sr. Presidente (Cont.):** - ...nós estamos a votar os pontos do anexo relativamente às taxas, está bem?

Vamos então agora votar a proposta 676, na sua globalidade. Como ela está.

Quem vota contra? Quem se abstém? A proposta foi aprovada com os votos contra do PSD, e do CDS, a abstenção do PCP, e o voto a favor dos restantes Vereadores.

(Diálogos fora do microfone)

**O Sr. Presidente (Cont.):** - ...foi o que eu referi, não foi?

Então, vou referir, vamos então, peço desculpa, repetir a votação, peço desculpa, é de algum cansaço, vamos votar de novo a proposta 676, no seu global.

Quem vota contra? Quem se abstém? A proposta foi aprovada com os votos contra do CDS, do PSD, do PCP, e o voto a favor dos restantes vereadores.

Muito bem. Srs. Vereadores, vamos passar então agora à segunda parte das nossas votações que têm a ver com os instrumentos de gestão previsional das empresas.

**A Sra. Vereadora Assunção Cristas:** - Sr. Presidente, ainda havia uma proposta do CDS relativamente àquela constituição do grupo de trabalho para a bolsa verde, eu creio que ainda tem cabimento nesta parte...

**O Sr. Presidente (Cont.):** - ...essa proposta está feita com uma proposta de alteração à proposta 671. Que é a proposta da aprovação do orçamento e grandes opções do plano que vai ficar para o final.  
Vamos então votar.

**O Sr. Presidente:** - Proposta 667/2017, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada com o voto contra do CDS, a abstenção do PSD e o voto a favor dos restantes Vereadores.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 667/2017 a qual foi aprovada por maioria com 11 votos a favor (6PS, 2Ind., 2 PCP e 1BE), 2 abstenções (PPD/PSD) e 4 votos contra (CDS/PP)

**O Sr. Presidente:** - Proposta 668/2017, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada com o voto contra do PSD, a abstenção do CDS e do PCP e o voto a favor dos restantes Vereadores.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 668/2017 a qual foi aprovada por maioria com 9 votos a favor (6PS, 2Ind. e 1BE), 2 abstenções (PPD/PSD), 6 abstenções (4CDS/PP e 2PCP) e 2 votos contra (PPD/PSD)

**O Sr. Presidente:** - Proposta 669/2017, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada com o voto contra do PSD, PCP a abstenção do CDS e do voto a favor dos restantes Vereadores.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 669/2017 a qual foi aprovada por maioria com 8 votos a favor (6PS e 2Ind.), 5 abstenções (4CDS/PP e 1BE) e 4 votos contra (2 PPD/PSD e 2 PCP)

**O Sr. Presidente:** - Proposta 670/2017, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada com o voto contra do PCP a abstenção do CDS, PSD, Bloco de Esquerda e do voto a favor dos restantes Vereadores.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 670/2017 a qual foi aprovada por maioria com 8 votos a favor (6PS e 2Ind.), 7 abstenções (4CDS/PP, 2PPD/PSD e 1BE) e 2 votos contra (PCP)

**O Sr. Presidente:** - Ponto 10 da Ordem de Trabalhos, Proposta 671/2017, que há erratas. Foram distribuídas.

Senhor vereador, João Paulo Saraiva por favor.

**O Sr. Vereador João Paulo Saraiva:** - No seu ponto 4, a redação é a seguinte, *“disposto no presente artigo não se aplica aos procedimentos de contratação de empreitadas e de aquisição de serviços conexos”*. Estava só referida a DMPO mas não é só é só a DMPO que faz empreitadas. Muito obrigado.

**O Sr. Presidente:** - Nesta proposta, 671 é que nós temos que votar antecipadamente a proposta do CDS que está aqui colocada como alternativa. Por isso vamos votar em 1º lugar a Proposta 671-A do CDS, e depois votar a proposta original com as correções que o Diretor João Paulo Saraiva acabou de repetir, mais as erratas que foram distribuídas. Vamos votar então a 661-A do CD. Quem vota contra? Quem se abstém? A proposta foi reprovada com o voto contra do Partido Socialista do PSD do Bloco de Esquerda, a abstenção do PCP e o voto a favor do CDS. Vamos agora votar a proposta 671 como ela se coloca. Quem vota contra? Quem se abstém? Sra. Vereadora Estamos a meio duma votação.

A Sra. Vereadora Teresa Leal Coelho: - É verdade Sr. Presidente, mas podemos repetir a votação anterior a proposta da Proposta do CDS?

**O Sr. Presidente:** - Podemos repetir votação anterior na proposta do CDS. Vamos votar a proposta 671-A/2017, votação B da proposta, 671-A. Quem vota contra? Quem se abstém? A proposta foi reprovada com o voto contra do PS, do Bloco de Esquerda, a abstenção do PCP e o voto a favor dos restantes vereadores.

Vamos estar agora a proposta 671/2017 com as alterações, com errada já distribuída e com alteração da errata ditada para a ATA que o Vereador João Paulo Saraiva acabou de fazer. Sras. Vereadoras, podemos agora votar. Quem vota

contra? Quem se abstém? A proposta foi aprovada com o voto contra do PSD, do CDS, a abstenção do PCP e o voto a favor dos restantes vereadores.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 671/2017 a qual foi aprovada por maioria com 9 votos a favor (6PS, 2Ind. e 1 BE), 2 abstenções (PCP) e 6 votos contra (4CDS/PP e 2PPD/PSD).